

-----ATA N.º 5 DE 24 DE JUNHO -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2025, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do concelho, sítio na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----1 – Proposta n.º 20/AM/2025 - Apreciação da Petição - Condições de segurança na travessia da EN9 Km 62399 – Primeiro subscritor Andreia Lourenço;-----

-----2 - Proposta n.º 23/CM/2025 - Apreciação e votação da prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras de 2024; -----

-----3 - Proposta n.º 18/CM/2025 - Discussão e votação da 4.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras; -----

-----4 - Proposta n.º 19/CM/2025 - Autorização da contratação de empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da construção da estrada de ligação A8/Palhagueiras, até ao montante de € 14.500.000,00;-----

-----5 - Proposta n.º 20/CM/2025 - Discussão e votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Torres Vedras; -----

-----6 – Proposta n.º 21/CM/2025 – Discussão e votação do Plano de Cogestão da Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira;-----

-----7 - Proposta n.º 22 CM/2025 – Aprovação das listas de juízes sociais – Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho; -----

-----8 - Proposta n.º 15/AM/2025 - Informação das comissões;-----

-----9 - Proposta n.º 16/AM/2025 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

-----Informação sobre competências delegadas:-----

-----9.1 - Proposta n.º 17/AM/2025 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----9.2 - Proposta n.º 18/AM/2025 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----10 - Proposta n.º 19/AM/2025 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária) e pelo deputado municipal Sérgio Augusto Nunes Simões.-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio, Marta Filipa Geraldes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, António João Leal da Costa Bastos, Sérgio

Abel Silva Alves (em substituição de Ana Teresa de Carvalho dos Santos), Francisco Artur Gomes Corvelo, Carolina Antunes Cosme (em substituição de António Fernando Alves Fortunato), Gisela Scarlet Wilson, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, Carlos Alberto Pontes Filipe, Ana Isabel Marques Fiéis, Margarida Maria Gomes Veloso Jesus (em substituição de Humberto Manuel Sebastião Gomes), Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, João Paulo Moreira dos Reis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Paulo António Rua Ferreira (em substituição de João Francisco Mota Tomaz), Mário João Rodrigues Matias e David Alves Gomes Lopes.-----

----- Faltou Luis Miguel Antunes Batista.-----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Sérgio Paulo Matias Galvão, Secundino Campos Oliveira Francisco, João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto e Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida. -----

----- O **presidente da Mesa** abriu a sessão, saudando todos os presentes e dando as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos.-----

----- Depois informou que o primeiro secretário, António Fortunato estava ausente, por se encontrar a participar numa prova de atletismo e propôs para completar a mesa o deputado municipal Sérgio Simões, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

----- De seguida saudou a deputada municipal Gisela Wilson, que tinha sido convocada nos termos legais em substituição do colega Marco Branco, a quem agradeceu a participação. -----

----- Como notas prévias, informou que a próxima e última reunião ordinária do mandato estava prevista para o dia 10 de setembro, tendo em conta as próximas eleições autárquicas que ocorrerão no fim do verão, e que as comissões já tinham terminado os seus trabalhos, considerando que foram produtivas e agradecendo a participação de todos. -----

----- Informou ainda que o tradicional jantar de autarcas, que precede a inauguração da Feira de São Pedro, teria lugar no dia 26 de junho. -----

----- De seguida abriu o **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido duas inscrições: -----

#### **INTERVENÇÃO DO CIDADÃO JORGE RALHA – CAC – CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE:**

----- O **cidadão Jorge Ralha** fez a seguinte intervenção que se transcreve na integra: -----

----- “Por uma última vez — espero — venho falar-lhes do CAC, das suas funções e dos seus programas. -----

-----É paradoxal que a designação se apresente com um centro de Artes e Criatividade, tresmalhando a designação original de "Artes do Carnaval". -----

-----Quere-se uma cooperativa, de nome "Encosta", creio. -----

-----Leio nos parclos textos sobre o assunto que a CMTV vai deter uma "participação de 51%", mas de que vale isso perante o Código Cooperativo que impõe o princípio de "um associado um voto", com o significado óbvio de que a Câmara pode — e vai ser com certeza — colocada em minoria. -----

-----Como se chega aqui? -----

-----Por obra dos seus dirigentes: a vereadora Ana Umbelino, o diretor Rui Brás e o diretor artístico João Garcia Miguel. -----

-----Comecemos pelo último: não se concebe um diretor artístico para uma multiplicidade de organizações, diferentes e autónomas no seu percurso, independentes e igualitárias na gestão do CAC. Uma direção artística usa-se para organizações com identidade própria nunca, porque inviável, com diversidades de identidades. -----

-----Rui Brás, que conheço bem, foi técnico da Câmara com uma ótica desajustada da intervenção cultural no município. Teve um papel na Transforma que depois abandonou deixando como legado, ignoro com que grau de responsabilidade, aquele monumento ao falhanço de fundos europeus que é a sede, por abrir, no Largo de SQ António. Ambos os diretores, tal como a vereadora, conhecem muito limitadamente o Carnaval e o Carnaval de Torres. É preciso muito atrevimento para se arrogarem a coordenação da memória do Carnaval que não só não conhecem como não fizeram nada por ele. Ana Umbelino, entra para a Câmara a convite de Carlos Miguel (porque a ADRO estava na eminência de acabar) a fim de coordenar o setor de assuntos sociais, à época um dos melhor dotados tecnicamente. Inesperadamente acede a vereadora e à vereação da cultura onde não tinha experiência, nem presença em acontecimentos culturais e muito menos currículo. Dá nas vistas por querer trazer o programa "música no Parque" para o Choupal para dar vida à deserta Praça Alberto Avelino, paupérrima homenagem por erro de conceção urbana. -----

-----No Choupal morreu a Música no Parque. Tal como os autarcas já tinham matado a Biblioteca. -----

-----Porem, o CAC tem grandes incapacidades para sustentar projetos culturais atraentes para o norte da cidade. -----

-----Entretanto, a biblioteca irá ressuscitar no arrendamento mensal de cinco mil euros de um edifício de quatro pisos desadequado à função, localizado onde deveria estar um Museu Municipal, já apertado, em aproximação à zona histórica. Ao fim de 8 anos de utilização as rendas já somam, pelo menos 25% a 50% do custo total da obra de uma nova biblioteca. Pela pressa em abandonar o antigo SMAS é uma opção digna de figurar como ato de gestão danosa. A

beneficiária é uma das famílias referenciais do município a que também pertenceu, por afinidade, o realizador de Delírio em Las Vedras que a Câmara apoiou, estimulou o visionamento do filme e demorou a perceber que a coisa era afinal, também, uma sátira ao Carnaval de Torres Vedras.-----

-----Para terminar, com a legitimidade que julgo que me confere a proposta camarária de localização do CAC (como anteriormente da Escola Vitor Melicias) e a encomenda do estudo de conceção funcional do empreendimento e estando Carlos Miguel de volta à autarquia, ocorre-me interpelá-lo daqui: -----

-----Sente-se Carlos Miguel confortável com o facto de a Arepo (Associação de Ópera e Artes Contemporâneas) pertencer à cooperativa, mas não a Associação Ministros & Matrafonas?-----

-----É aceitável para Carlos Miguel que o Académico integre a cooperativa, mas não a centena de membros do Grupo de Carnaval de Casalinhos de Alfaiata? -----

-----Não está de acordo Carlos Miguel que se faça regressar o Carnaval ao seu lugar no Centro de Artes do Carnaval, evitando este roubo.-----

-----Grato pela V. atenção, esperando que a minha revolta não me faça regressar aqui".-----

-----Pediu a palavra ao abrigo do artigo do n.º 5 do art.º 31.º do regimento, **a vereadora Ana Umbelino para o exercício do Direito de Defesa da Honra:** -----

-----“Em primeiro lugar, em primeiro lugar, gostaria de declarar que o Carnaval de Torres Vedras não tem donos, é uma manifestação de caráter popular e por isso não é o senhor Dr. Jorge Ralha que define ou certifica quem conhece ou não o carnaval. De resto, os seus contributos para o carnaval e a sua dignificação são bastante duvidosos, mesmo do ponto de vista comportamental.-----

-----Queria também acrescentar que estamos perante uma pessoa tomada pela frustração, pelo ressentimento e diria pela inveja que revela uma profunda ignorância sobre os conceitos que evoca como o de ré cooperativa. Aconselho a dedicar-se menos à injúria, aos ataques pessoais e a estudar mais para que quando se apresenta publicamente esteja munido de informação factualmente e correta.-----

-----Gostaria ainda de acrescentar que a sua adesão à realidade é frágil e por isso o senhor é digno de pena.” -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **INTERVENÇÃO DO CIDADÃO JOÃO MARCELO GARCIA MARQUES – MACEIRA:** -----

-----O **cidadão João Marques** começou por dizer que veio para expressar com preocupação e sentido de responsabilidade, um conjunto de questões que têm impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos da Maceira e que, infelizmente e inexplicavelmente, continuam sem respostas concretas ou soluções visíveis.-----

-----Assim em primeiro lugar, questionou o executivo municipal quanto ao plano de alcatroamento previsto para a Maceira e se existe alguma rua contemplada para intervenção em breve. Lembrou

que os residentes da rua das Vargas e da rua da Bela Vista esperam há demasiado tempo por condições de circulação apropriadas e é crucial saber se há obras calendarizadas ou planeadas a curto prazo, pois a ausência de melhorias nestas ruas tem gerado desconforto, insegurança e legítimo descontentamento por parte da população residente. -----

----- Em segundo lugar, alertou para a situação do saneamento básico em várias ruas da Maceira, nomeadamente Casal Montebom, Rua José Luís Pinto, Rua do Pantaleão, Rua Cabeço do Forno, Rua da Tianeta, Rua Tia Carlota, Rua do Florido, Casais Salgados, Rua das Vargas, Rua da Bela Vista, Rua da Serra, Casal Petigal e Bairro de São Miguel. -----

----- Neste contexto deu nota que em 2024, após solicitar esclarecimentos em reunião pública do executivo, foi-lhe enviada a calendarização prevista para esse ano, onde constava que o estudo geotécnico seria realizado no primeiro trimestre, o lançamento do concurso público estaria previsto para o terceiro trimestre e o início da empreitada ocorreria no quarto trimestre de 2024. Estão em junho de 2025 e até hoje a população continua sem ver qualquer avanço visível ou solução concreta apresentada. -----

----- Acrescentou que mais grave ainda, são as famílias que não têm acesso à rede de saneamento e são penalizadas duplamente, uma vez que pagam mensalmente uma taxa de saneamento superior ao valor da água que consomem e apesar de terem direito a utilizações gratuitas do serviço, essa medida é manifestamente insuficiente. Uma solução como esta não pode substituir uma rede estruturada de saneamento básico, pois representa não só uma injustiça financeira, como o incumprimento de um direito básico. -----

----- Solicitou um esclarecimento quanto ao atraso na transferência da verba € 250.000,00 destinada ao Centro Social Recreativo e Cultural da Maceira, prometida pela câmara municipal a esta instituição de inegável importância local, com 50 anos dedicados ao serviço da população.-----

----- Aproveitou para informar que este centro social presta valências essenciais como berçário, creche, pré-escolar, ATL, apoio domiciliário e transporte de doentes não urgentes e tem cerca de 50 funcionários. -----

----- Considerou importante sublinhar que esta verba assume um papel determinante na redução significativa do empréstimo bancário contraído pela instituição para a conclusão das obras do centro de dia e o reembolso parcial desse financiamento aliviará de forma notória a pressão financeira da instituição, permitindo-lhe canalizar mais recursos para a qualidade dos serviços prestados. -----

----- Reforçou que a atribuição desta verba não só representa o cumprimento de um compromisso assumido, como é também um sinal claro do reconhecimento do impacto social que a instituição tem na comunidade. -----

----- Referiu ainda que teve conhecimento que residentes da Maceira estão a ser alvos de

processo de despejo de habitações onde sempre residiram, interpelando a câmara municipal no sentido de saber se está devidamente informada sobre esta realidade e, em caso afirmativo, se tem em curso medidas de acompanhamento e apoio social destinadas a garantir o acesso à habitação condigna dessas pessoas e famílias. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando que a população da Maceira merece respeito, transparência e, acima de tudo, merece viver com dignidade. Já não basta adiar ou prometer, é tempo de agir com coragem, com seriedade e com sentido de compromisso, pois a população precisa de respostas e é tempo de as mesmas serem concretas e esclarecedoras. -----

----- O **presidente da Assembleia**, informou que as questões levantadas seriam devidamente remetidas à Câmara Municipal que tomará as devidas diligências para a resposta devida.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**Período antes da ordem do dia:**-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

----- O deputado municipal Sérgio Simões leu documentos recebidos pela mesa, que foram numerados e rubricado, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

**DOCUMENTO 1:**-----

----- Carta do Patriarca de Lisboa, de 5 de maio, que transmite o seguinte: -----  
----- “A minha ausência em Roma e os trabalhos da Conferência Episcopal fizeram com que só agora venha agradecer a vossa mensagem por ocasião da morte de Sua Santidade o Papa Francisco. O Papa Francisco tornou claro que a Igreja existe para bem da humanidade e de cada homem em particular. E a humanidade viu nele um sinal e reconheceu nele o seu defensor, na pluralidade das religiões e das culturas. E que a causa da humanidade pode ser a causa de todos nós. Grato por mo terdes manifestado, apresento-lhe os meus respeitosos cumprimentos.” -----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 2:**-----

----- E-mail de Jorge Carlos Ferreira dos Santos de 12/06/2025 que vem comunicar a impossibilidade da comparecência à sessão do deputado municipal Humberto Gomes e que a sua substituição se opera nos termos estabelecidos no art.º 9 do regimento da Assembleia Municipal e será assegurada por Margarida Maria Gomes Veloso Jesus, que se encontrava presente. -----

**DOCUMENTO 3:**-----

----- E-mail de Jorge Carlos Ferreira dos Santos de 20/06/2025 que vem comunicar a impossibilidade da comparecência à sessão da deputada municipal Ana Teresa Santos e que a sua substituição se opera nos termos estabelecidos no art.º 9 do regimento da Assembleia Municipal e será assegurada por Sérgio Abel Silva Alves, que se encontrava presente. -----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**

**DOCUMENTO 4:** -----

----- E-mail da Junta da União das Freguesias de Dois Portos e Runa, de 23/06/2025 a informar que o seu presidente João Tomaz, por motivos de força maior não poderá comparecer à sessão e em sua substituição irá o tesoureiro Paulo António Rua Ferreira. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** -----

**DOCUMENTO 5:** -----

----- E-mail da Junta de Freguesia da Ventosa, de 23/06/2025, a informar, que, o presidente Luís Batista não poderá estar presente na sessão, em virtude de, na mesma data e hora decorrer a Assembleia de Freguesia da Ventosa. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

**PISCINAS E TERMAS DO VIMEIRO:** -----

----- O deputado municipal **Francisco Corvelo** começou por dar nota que o PCP, preocupado com o desenvolvimento e a viabilidade das novas freguesias a serem criadas, recentemente visitou a Maceira, pois todos certamente estarão de acordo que a empresa de Águas do Vimeiro continua ainda hoje, malgrado o encerramento das termas e das piscinas, a ser o principal motor económico da localidade e uma empresa de referência para o concelho e formalmente reuniram com a sua administração, até porque queriam aferir da viabilidade futura da mesma e da garantia da manutenção dos seus postos de trabalho, bem como da manutenção de uma boa saúde económica financeira da empresa, embora quanto a isso, ficaram tranquilos, apesar dos ativos da empresa se encontrarem bloqueados devido à insolvência do acionista BES. -----

----- Deu nota ainda que as piscinas do Vimeiro, que sempre utilizou a sua própria água com propriedades medicinais, estão encerradas porque a autarquia, designadamente os SMAS, obrigam a que água destas piscinas seja a água da rede pública, que para mais nem chega até elas. -----

----- Assim, gostariam que a edil confirmasse as afirmações da administração, pois segundo lhes foi demonstrado, inviabilizaria a sua exploração e rentabilidade, já para nem falar no impedimento das mudas frequentes de água que a empresa de Águas do Vimeiro sempre fez nas suas piscinas. -----

----- Nesta sequência constatam, porque a senhora presidente também afirmou que não construirá piscinas municipais por opção política, que afinal parece não crer piscina nenhuma a funcionar, a começar pelas piscinas do Vimeiro. -----

----- Prosseguiu relatando que nessa mesma reunião ficaram também conhecedores que as termas foram encerradas porque como todas as termas existentes neste país tinham uma

exploração deficitária e como as restantes que se mantêm abertas e até modernizadas só poderiam manter-se se a câmara municipal apoiasse a sua exploração, como de resto, fizeram todas as câmaras municipais e como o fazem todas as câmaras municipais, independentemente da sua cor política. -----

----- Acrescentou que à data de hoje sabem que a reabertura das termas exige investimento na sua modernização e que devido ao congelamento dos ativos da empresa, este investimento terá de aguardar pelas decisões judiciais competentes, mas também sabem quem foram os reais responsáveis pelo encerramento das piscinas, das referidas termas. -----

----- De qualquer modo, questionam se a empresa de Águas do Vimeiro estiver em condições de poder dispor livremente desse ativo e investir no seu reequipamento, continuará a câmara municipal a recusar apoiar essa atividade das termas, e se está disposta a anular a absurda exigência de que a água das piscinas provenha da rede pública. -----

----- A **presidente da câmara** relativamente à questão das piscinas afirmou que é completamente falso que as piscinas não estejam a funcionar por exigência dos SMAS na utilização da água pública, e que por ser tão ridículo, o deputado deveria ver imediatamente que não é verdade. -----

----- Neste contexto, deu nota que há dois 2 anos atrás as pessoas que estão à frente do Hotel Golfar e das Águas do Vimeiro vieram falar com ela para dizer que não iam abrir as piscinas porque havia muito trabalho para realizar em termos de manutenção e muitas exigências legais a cumprir, que não existiam há anos atrás e, portanto, que não tinham capacidade económica para fazer esse investimento-----

----- Deu nota ainda que mesmo tendo havido um privado para fazer um aluguer da exploração da piscina, não houve anuênciia por parte da entidade que está a fazer a exploração do Hotel Golf Mar e Águas do Vimeiro. -----

----- Reforçou que é completamente mentira, e nunca seria essa a motivação para que as piscinas não estivessem a funcionar e uma estrutura daquele tipo é absolutamente importante para todos os torrienses. -----

----- No que concerne a apoio para as termas funcionarem, a autarquia apoia sempre nas limpezas, ou seja naquilo que é possível tendo em atenção que se trata de uma estrutura privada, mas não vão fazer investimentos numa coisa que não lhe pertence. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **FESTIVAL DE MÚSICA ANTIGA:**-----

----- A *deputada municipal Maria Manuela Pacheco* interveio para dar nota que entre os dias 25 de maio e 22 de junho, decorreu mais uma edição do Festival de Música Antiga, marcado pela sua já habitual peregrinação pelo património histórico das aldeias e lugares do concelho de Torres Vedras, e nesta 7.<sup>a</sup> edição, o protagonismo coube às aldeias de Monte Redondo, Zibreira,

Ribaldeira e Runa, que acolheram os diferentes momentos do festival. Os seus espaços históricos e religiosos serviram de palco à recriação das sonoridades que, outrora, ali ecoaram, permitindo ao público uma verdadeira viagem no tempo.-----

-----Deu nota ainda que para além dos concertos, o festival integrou atividades complementares que enriqueceram a programação, como workshops de danças históricas e um concerto para bebés com música barroca, ambos dinamizados por talentosos músicos torrienses. -----

-----Destacou ainda o significativo envolvimento e apoio das juntas de freguesia, das paróquias e de diversas instituições locais, cujo contributo foi fundamental para o sucesso do evento e para a promoção da cultura junto da comunidade. Apesar de o festival ter decorrido numa área restrita do concelho, registou uma forte adesão, não só por parte dos torrienses, mas também de visitantes oriundos de outros concelhos. -----

-----Concluiu com o desejo que muitas mais edições se possam realizar, contribuindo para a valorização e o fortalecimento do património cultural torriense e que todos os eventos de cariz cultural e social contarão sempre com o apreço, apoio e divulgação, do grupo municipal do PS na firme convicção de que a promoção da cultura no concelho eleva a literacia da população e capacita os mais jovens com competências essenciais para que possam ser os líderes de amanhã. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2025:**

-----A deputada municipal **Ana Cristina Umbelino** começou por lembrar que o Orçamento Participativo é um instrumento que implica os cidadãos na resolução de problemas do seu território e deu nota que estão em fase de análise técnica 47 propostas. -----

-----Deu nota ainda que fruto do reconhecimento que o Município de Torres Vedras tem conquistado na promoção da democracia participativa, e na sequência de uma candidatura vencedora, Torres Vedras acolheu o 7.º Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos, um evento de cooperação entre Portugal e Espanha que visa a partilha de Boas Práticas e que se realizou de 4 a 6 de junho no Teatro Cine, com 94 participantes das mais variadas proveniências. -----

-----Reforçou que foi um evento importante que sinaliza o caminho trilhado, em Torres Vedras, na construção de uma cultura de participação cidadã.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JORGE SANTOS:**

-----O deputado municipal **Jorge Santos** fez a seguinte intervenção que se transcreve na integra:

-----“A - Uma peculiar aplicação do princípio da igualdade: -----

-----Ao chegarmos ao fim de um qualquer ciclo, muitas vezes damos por nós a fazermos balanços e a pensarmos nas ocorrências ao longo do espaço temporal, cujo fim se vislumbra. -----

-----Foi nesta sequência que, há uns dias atrás, ao ver as publicações nas redes sociais, deparei, com uma, que, num rápido relance, a propósito de “alcatrões e perceções” me fez parar e pensar que teria que endereçar os parabéns à Câmara Municipal de Torres Vedras, porque do texto anexo parecia resultar que o acesso à informação era, efetivamente, encarado como um direito. -----

-----E, fá-lo-ia, com todo o gosto, se a situação o permitisse. Porém, não era exatamente assim. -----

-----Com efeito, depois de sentirmos na pele – Vereadores e Deputados da Oposição – os constantes obstáculos para o legítimo direito à informação, constitucionalmente previsto e assegurado: Art.º 37.º C.R.P., quase adquiriu estatuto de normalidade um alargado tempo de espera entre o momento em que a informação era pedida e em que era facultada.-----

-----Isto, quando aquela não vinha truncada ou incompleta e era necessário voltar a peticionar. E, de novo, o tempo se arrastava.-----

-----E o mesmo ocorre nesta demanda pela informação, no acesso ao contacto com os Técnicos da Câmara Municipal! -----

-----Que sofre, igualmente, das mesmas proverbiais pausas e hiatos! -----

-----Todavia, perante a dita comunicação, a “propósito de alcatrões e perceções” verifiquei que não é assim para todos! -----

-----Por uns breves segundos quase olvidava que estava perante a aplicação do princípio de igualdade (Art.º 13.º C.R.P.) ao jeito de alguns, que, em lugar de tratarem igualmente as situações iguais, e, desigualmente, as situações desiguais, pensam e agem de modo distinto.-----

-----Olham para o dito princípio, e, até dão de barato, que, de facto, todos somos iguais, mas, entendem que há uns que são mais iguais que outros.-----

-----E, por isso, há alguns que experimentam dificuldades no acesso à informação e outros a quem assim não acontece.-----

-----É o caso do cidadão subscritor da publicação nas redes sociais, a que atrás fiz referência.-----

-----B) Da Coerência comportamental do executivo em matéria de saúde:-----

-----A coerência constitui qualidade que se traduz em apresentar ligação, harmonia ou nexo entre ideias ou ações.-----

-----Implica que o comportamento seja lógico, compreensível, sem contradições.-----

-----Vem esta reflexão a propósito de uma certa entrevista da Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, que aconteceu breves instantes antes da apresentação das listas do partido político em que milita.-----

-----Quando questionada a propósito das questões que mais a preocupam, enumerou duas: a saúde e a habitação.-----

-----É a propósito da primeira prioridade – a saúde – que esta síntese é espantosa! -----

-----Pois:-----

-----Depois de inúmeras e variadas propostas apresentadas pelos Vereadores do “Movimento Cívico Unidos por Torres Vedras”; -----

-----Depois de múltiplas intervenções dos deputados daquele Movimento a propósito do tema da Saúde, com sugestões várias, designadamente, no sentido de se criarem condições para se atraírem médicos para o Concelho nas quais continuaremos a apostar; -----

-----Depois da realização de uma Assembleia Municipal temática a este propósito, -----

-----Nenhuma proposta foi aceite, nenhuma sugestão foi adotada! E, -----

-----Aquando do encerramento da Assembleia Municipal Temática ouvimos dizer, de forma lapidar: “Comigo, a municipalização da saúde não acontecerá!” -----

-----Além disso, das sugestões apresentadas pela Comissão de Saúde, nenhuma mereceu acolhimento. -----

-----A conjugação destes vários fatores, designadamente – a ortodoxia ideológica e inércia – determinaram que hoje, no nosso Concelho tenhamos cerca de 48% dos cidadãos sem médico de família. -----

-----É o Concelho com maior número absoluto de utentes sem médico de família!-----

-----E o que dizer da atuação da CMTV acerca da construção do Hospital do Oeste? -----

-----Aqui a falta de liderança política, de ausência de iniciativa neste processo é ainda mais gritante! -----

-----E tem permitido que outros Concelhos que integram a CIMOESTE – apesar de liderada pelo partido que governa o nosso concelho – ganhem protagonismo. -----

-----E, é público que, aqueles outros concelhos se têm multiplicado em iniciativas e intervenções, no sentido de alterarem/reverterem a decisão quanto à localização do Hospital do Oeste. -----

-----E, ao serem-lhes permitidos estas iniciativas e protagonismos, neste verdadeiro jogo de braço de ferro em que o nosso concelho que é o maior da região Oeste aparece claramente diminuído, corremos, todos, o risco de a decisão quanto à localização cair num impasse e a decisão da construção se eternizar. -----

-----Com todas as consequências daí decorrentes para todos. -----

-----Como é evidente, com este comportamento, por parte da Câmara Municipal de Torres Vedras, não era expectável que chegássemos ao final deste mandato, com registo de melhorias nos indicadores ao nível da saúde, e, por isso, este é mais um dos problemas gravíssimos no nosso Concelho.”-----

-----Sobre esta intervenção **a presidente da câmara** assentiu que ao longo do tempo ouviram efetivamente diversas propostas que na ótica do UTV seriam para atrair médicos, que envolviam arranjar casa, pagar mais etc., às quais disse taxativamente que estava completamente fora de questão. Por outro lado, também apresentaram uma proposta e falaram várias vezes e, aliás,

puseram diversos outdoors a dizer que arranjariam médicos para constituir uma unidade de saúde familiar para a Ventosa, mas até hoje esses médicos nunca apareceram, e porquê, porque nessa altura não havia legislação que o permitisse. -----

----- Fez notar que não valia a pena estarem a dizer que não é assim, porque tal não era possível, mas teria sido interessante se fosse possível. -----

----- Defendeu ainda que da parte da autarquia têm exatamente a situação contrária, ou seja, assim que houve a possibilidade de haver candidaturas às unidades de saúde familiar modelo C, a câmara municipal foi atrás de entidades privadas e para que tal pudesse acontecer, e nesse sentido, uma dessas unidades será para o empreendimento do Barro. -----

----- Reforçou que ainda não há unidades de saúde modelo C porque a regulamentação ainda não existe. -----

----- No que concerne à questão hospitalar, da parte da Câmara Municipal continua a haver a disponibilidade para trabalhar com a senhora ministra nesse sentido, e espera que nos tempos próximos tenham notícias, e que a ministra não esteja a esperar pelas eleições autárquicas para e só depois então haver uma resolução que confirme a sua localização no Bombarral, como estava anunciada, para que seja um hospital de fim de linha que possa servir todos os oestinos, não apenas não apenas alguns oestinos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL LUIS CARLOS LOPES:**

----- O deputado municipal ***Luís Carlos Lopes***, lembrou que estão a cerca de três meses de eleições e nesse seguimento é importante a intervenção que irá fazer: -----

----- Assim, lembrou que há apenas 2 meses, na sessão solene do 25 de abril, ouviram a presidente da Câmara afirmar, "Este ano vamos ter dois processos eleitorais importantes. Vamos novamente eleger a Assembleia da República e com ela, indiretamente o governo e vamos ainda eleger os órgãos autárquicos do município das freguesias. É uma altura em que mais do que nunca se torna necessário fomentar o diálogo aberto, participado e construtivo. É preciso ouvir as várias partes da nossa sociedade vozes por vezes discordantes e até antagónicas, como o eram em 1975. Mas se foi possível no processo de elaboração da Constituição, terá de ser possível 50 anos depois. Os partidos e os movimentos políticos têm aqui um papel fundamental, o de ouvir a vontade popular e de expressar, continuar a construção da sociedade que a Constituição nos prometeu. Os ataques pessoais, as intrigas palacianas e jogos de poder comprometem a qualidade da democracia, geram descrédito no povo e têm como consequência um esvaziamento da expressão da vontade popular. Às forças políticas aqui presentes às forças deixo esta exortação que se debata o país e Torres Vedras que se exponham as ideias e soluções para os problemas que as nossas comunidades enfrentam que o façamos com base na dignidade da

pessoa humana e na vontade popular. Que saibamos todos acima de tudo, apelar ao voto, para que a participação seja expressiva, para que os órgãos de soberania possam legitimamente governar com o consentimento dos governados, como é espírito da democracia." -----  
----- Depois desta intervenção por diversas vezes, a edil reforçou e bem a importância da ética e da elevação no debate político, com o qual não pode estar mais de acordo. Aliás, já em novembro de 2024, numa sessão anterior desta assembleia, referiu que era esse e continua a ser o seu propósito, o seu desígnio. -----

----- Prosseguiu reafirmando que estão hoje a três meses eleições autárquicas, com seis candidaturas perspetivadas e três já apresentadas e importa que sejam coerentes com os princípios e valores que anunciam, especialmente num concelho como o de Torres Vedras, onde muitos deles se conhecem, já trabalharam ou trabalham em conjunto, onde há relações de amizade, de vizinhança, de proximidade, até familiares entre pessoas que integram listas diferentes e a ética e elevação devem, por isso prevalecer. -----

----- Reforçou que não estão num tempo do "vale - tudo" e é especialmente importante dizê-lo num momento em que valores extremistas ganham eco na sociedade e alcançam expressão eleitoral preocupante. -----

----- No que lhe diz respeito, reitera os valores de sempre, os da social-democracia, onde os valores da igualdade social, liberdade e solidariedade prevalecem, onde a dignidade da pessoa é central, onde se valoriza a iniciativa individual, mas também se reconhece que há funções sociais que têm de ser asseguradas por um serviço público forte com o complemento do setor social e privado. É este o espírito da plataforma em que participará nas próximas eleições, uma plataforma plural com visões complementares equilibradas unidas pelo objetivo comum de servir os torrienses e desenvolver o concelho com menos ideologia e mais compromisso com a qualidade de vida e com as soluções concretas. -----

----- Acrescentou que para além da sua candidatura, são também já anunciadas duas propostas à direita, uma de inspiração liberal, outra da matriz populista. -----

----- Disse que o essencial hoje é deixar um apelo à coerência com o que se defende, e nesse sentido deixaria algumas notas de alerta, nem se referindo no momento às limitações legais que serão mais exigentes quando daqui a poucos dias for marcado o ato eleitoral, mas poderá ser efetivamente legítimo anunciar obras, lançar primeiras pedras e outras iniciativas, mas não é fazê-lo em módulos que possam ser eticamente questionáveis, até porque em certos casos falam de intervenções há muito prometidas ou mesmo de obras que já deviam estar concluídas. -----

----- Mencionou um caso particular que aconteceu a semana passada, ou seja, cerimónias que ocorrem subitamente e até de forma intempestiva, referindo-se concretamente ao lançamento da 1.ª Pedra da Unidade de Saúde Runa, com a presença da presidente da câmara, do presidente da

junta e da arquiteta responsável pelo projeto, cuja cerimónia também incluiu um pergaminho com envelope fechado, e uma coluna, mas hoje, como isto foi intempestivo, foi lá ver e não existe nada, porque aquele espaço está a ser ainda utilizado para parque de estacionamento. -----

----- Destacou que não faz sentido fazer isto para depois desfazer, tem que haver algo mais. -----

----- Considerou igualmente importante referir que é necessário que cesse a utilização abusiva de dados e publicações, e que estão a surgir em simultâneo nas redes sociais dos candidatos do Partido Socialista e da própria autarquia socorrendo-se, ao que tudo indica, a meios e recursos humanos do município. É também aí que se demonstra ou não a ética de que tanto que se fala. ---

----- Deste modo solicitou à edil que, com o mesmo respeito com o que ouviu no 25 de abril, que seja coerente com aquilo que defende nos seus atos e ainda nas limitações que deve impor, aos que integram a candidatura que lidera. Não basta proclamar intenções nem exigir apenas aos outros, têm de ser rigorosos com eles próprios e com quem com eles colabora. -----

----- Assim, lamentou determinadas atitudes vindas de pessoas envolvidas na candidatura que a edil lidera, que contrasta com os princípios enunciados. Fala de manifestações públicas em redes sociais, artigos de opinião, comentários com tom excessivamente duro, por vezes quase agressivo, posturas confrontacionais de uns contra os outros, como se a política local fosse uma competição desportiva com energia a mais e seriedade a menos, provindas algumas de quem, agora sem quaisquer funções públicas pensa poder condicionar, influenciar e determinar tudo e todos dentro do partido e na forma como o debate político se desenvolve em Torres Vedras, de quem teve 8 anos e meio de responsabilidade do governo, tempo do qual os torrienses não recordam quaisquer medidas concretas por ele tomadas que tenham tido impacto relevante e duradouro no concelho, ao contrário do que sucedeu com outros antigos responsáveis, que souberam valorizar o facto de também serem torrienses, mesmo quando exerciam funções no governo, como foi o caso de José Augusto Carvalho, no apoio à edificação do Parque Verde da Várzea, entre outras ajudas que promoveu em Torres Vedras, ou de Alberto Avelino como governador civil, apoiando inúmeras entidades e instituições do concelho. -----

----- Continuou para dizer que o que o move para fazer esta intervenção é a forma abusiva e não republicana, como tem sido usada a influência política para pedir diretamente esclarecimentos e informações aos serviços técnicos da câmara, quando a conduta correta é pedir à mesa da assembleia que, por sua vez, oficia à senhora presidente da câmara. -----

----- Referiu ainda que os vereadores da oposição enfrentam, não raras vezes, dificuldades ou demoras em aceder a determinadas informações e não é aceitável que haja quem seja indevidamente privilegiado. -----

----- Mais referiu que estão em tempo de escolhas e de responsabilidades, que se debatam ideias, propostas e equipas, que se avalie o desempenho de quem esteve em funções e que merecem

respeito, que os torrienses considerem mais capazes de liderar o futuro do concelho com elevação, com tolerância e com ética, que como bem disse e repete a senhora presidente da Câmara, é indispensável para credibilizar a democracia, mas e sobretudo sem que ninguém pense que manda nisto tudo.-----

-----A **presidente da Câmara** começou por agradecer que tenha feito estas citações relativamente ao seu discurso do 25 de abril, porque crê que são interessantes para todos, para o deputado serão de certeza também.-----

-----Disse perceber que “lançamentos de primeiras pedras, etc., o incomode, mas na realidade são resultado do trabalho que a Câmara Municipal de Torres Vedras fez ao longo deste mandato, sendo legitimo que em tempo ainda de serem financiadas, as obras tenham que ser iniciadas, o que crê ser bom para todos, não é só para o PS, mas para todos os torrienses.-----

-----Também disse que há coisas que só se devem dizer quando se sabe, e o deputado municipal Luís Carlos não sabe, que as pessoas que trabalham as suas redes sociais e as redes sociais do Partido Socialista não trabalham para a Câmara Municipal, uma questão que quis clarificar pois há pessoas que nas redes sociais gostariam de passar essa ideia, que é mentira.-----

-----Relativamente a outras questões de ética, não se iria pronunciar porque é normal nesta altura o que está a acontecer, que é consequência do trabalho que fazem para serviço da população, nada mais. Não é para o serviço do Partido Socialista.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **EPÓCA BALNEAR 2025:**-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso*, usou da palavra para salientar que dia 14 de junho, teve lugar na praia do Navio a cerimónia oficial da abertura da época balnear 2025, defendendo que não se tratou apenas do hastear de bandeira, tratou-se de conquistas que foram feitas pela autarquia, com o apoio das freguesias, com o apoio dos agentes económicos.-----

-----Disse ser um facto que estão muito próximo das eleições, mas não faz sentido de repente pintarem o Oeste, Torres Vedras e tudo mais de negro, porque ser político também é ser responsável, e a responsabilidade começa por se dizer bem daquilo que está bem para apoiarem os agentes económicos que são os parceiros da autarquia, mas que muitos deles é dali que tiram os seus ordenados, porque também dependem da economia de Torres Vedras. É importante serem responsáveis durante este período, mas que por vezes não são, por vezes deturpa-se a verdade e esconde-se aquilo que é verdade.-----

-----Nesta senda assinalou que o município tem 11 praias com bandeira azul, 13 praias de qualidade de ouro, 11 praias zero poluição e 9 praias acessíveis. Além de serem um concelho com qualidade, são um concelho com praias acessíveis, sendo bom que não só os torrienses, mas também pessoas de outras zonas do país, venham ver esta qualidade, que é assessorada pelas

freguesias, parabenizando todos os envolvidos. -----

----- Considerou também importante sinalizar que Torres Vedras continua a ser um concelho com uma orla costeira segura, que tem cada vez mais estratégias para que as pessoas possam tomar o seu banho, e desfrutar a sua estadia de uma forma segura. -----

----- Quanto às queixas que muitas vezes se ouve de não haver atividades, recordou um conjunto de eventos integrados na Onda de Verão 2025, que decorre de junho a setembro, dos quais referiu o Carnaval de Verão que já se realizou, o Ocean Spirit que já está em curso, o Be Fashion, o Cortejo Etnográfico e o Static – Concurso de Estátuas Livres Vivas. -----

----- Lamentou que muitas vezes, por falta de percepção e de responsabilidade, fazem mais publicidade a outras zonas costeiras do país para dizer mal da zona costeira do concelho, perdendo a noção que com isso estão a prejudicar os agentes económicos, mas o que é certo é que é difícil encontrar uma autarquia que tenha tanto empenho em desenvolver atividades culturais, desportivas e outras para que a população se sinta bem em Santa Cruz. -----

----- Assim, apelou a que sejam realistas e éticos pois há sempre trabalho a fazer, há sempre que inovar e ter criatividade para valorizar as praias do concelho com uma identidade e com uma imagem própria. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE:**

----- O deputado municipal **Pedro Castelo**, tendo em conta o que tem sido veiculado na comunicação social, questionou como está atualmente a relação institucional entre o executivo municipal e o Sport Clube União Torreense. -----

----- Sobre este assunto a **presidente da Câmara** começou por assegurar que da parte da Câmara Municipal não há questão nenhuma relativamente ao SCUT, nem pedras no caminho que impeçam uma boa relação. Da parte do Torreense, aparentemente também não e diz aparentemente, porque depois das intervenções em termos públicos e nas assembleias do próprio clube, os comunicados e os esclarecimentos que aparecem, parecem manifestar que o SCUT não pretende realmente ter uma boa relação com a Câmara Municipal. -----

----- Acresce que o último esclarecimento surgiu depois de terem feito uma reunião três ou quatro dias antes, em que os termos da conversa acabaram por ser relativamente cordiais e com acordo relativamente àquilo que era possível realizar nesta altura, para depois continuarem um trabalho articulado. Pareceu-lhe que havia uma boa fé para que as coisas convergissem e que ultrapassassem aquele comunicado completamente infeliz que surgiu do clube. -----

----- Acrescentou ainda que na realidade o esclarecimento que surgiu depois foi “pior a emenda do que o soneto” e não deu qualquer ideia de que havia este entendimento e que tinha havido uma reunião para se entenderem. -----

-----No tocante aos campos relvados que foram referenciados, que aguardam viabilização, esclareceu que correspondem a uma área a seguir ao Aqueduto onde o SCUT pretende instalar dois campos, teoricamente sem haver redes nenhuma e sem haver postos de iluminação, tendo a autarquia alguma dificuldade em perceber que seja para funcionar dessa forma, se pensarem no horário de inverno e nas bolas que podem ir para a estrada.-----

-----Deixou ainda a nota que será fácil todos perceberem que se trata de uma zona sensível em termos ambientais, mas já nem é isso propriamente que está em causa, mas o facto de estar junto a um monumento nacional, que acarreta algumas dúvidas quanto à sua viabilização.-----

-----Também falaram nesta pretensão de uma forma muito cordial e reafirmou que da parte do SCUT não há motivos para estes comunicados.-----

-----Lembrou que estão a falar de um estádio que é municipal, que foi entregue ao clube para poder desenvolver a sua atividade, mas isso não significa que a câmara tenha que fazer todos os investimentos naquele local.-----

-----Deu nota ainda, para que não hajam dúvidas, que os campos de treino para a formação que existem nas traseiras, a Câmara Municipal pagou € 750.000,00 para que fossem feitos e ofereceu todos os PFL que lá estão.-----

-----Aproveitou para parabenizar as seniores femininas que foram campeãs, que estendeu às equipas e ao clube, como sempre fizeram, pelas conquistas que têm feito.-----

-----Por sua vez o *deputado municipal João Paulo Reis*, pediu a palavra dizendo que faz parte da direção do SCUT e tendo em conta as declarações da presidente, via-se na obrigação de prestar alguns esclarecimentos e nesse sentido deu nota que a direção tem tido sempre uma postura muito colaborativa, tanto com a presidente da câmara, como com o vereador Francisco Martins, e houve determinados compromissos que foram assumidos, os campos relvados não custaram só aquele dinheiro e sabem o que é que a câmara assumiu.-----

-----Quanto ao estádio deu também nota que estiveram em vias de deixar de jogar em Torres Vedras quando subiram à segunda liga. Estão muito gratos de a Câmara ter comprado o estádio, que é muito importante, mas sentem-se muito à vontade porque nunca usaram o património municipal pois sabem, desde 2018, o que investiram neste património, com muito gosto, pelo que não consideram que estão a usar o Torreense.-----

-----Relativamente aos campos de treino junto ao aqueduto, a senhora presidente também sabe que a Direção Geral do Património não colocou nenhum impedimento à sua edificação, nem a Agência Portuguesa do Ambiente. Também já foi explicado que é para treinos das equipas profissionais, de manhã, e o SCUT vai assumir o total do investimento. No que se refere às redes, informou que os treinos vão ser orientados de forma a que não sejam precisas grandes redes.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **5.º EDIÇÃO DO RESERVA - FORÚM DE INOVAÇÃO DE GASTRONOMIA E VINHO 2025:**

----- O *presidente de junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes* interveio no sentido de assinalar que 5.ª edição do Reserva, decorreu de 30 de maio a 1 de junho nas antigas instalações do Instituto da Vinha e do Vinho. -----

----- Deu nota também que o evento contou com mais de 3.000 visitantes, 23 produtores da região de Lisboa (15 de Torres Vedras e 8 de territórios vizinhos) e foram convidados os territórios que são em 2025 Cidade do Vinho: Alandroal, Borba, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa. -----

----- Por último, referiu que o programa incluiu tertúlias, provas comentadas, *showcookings* e concertos, e que no seu entender comemorou-se assim a Vinha e o Vinho e comemorou-se assim Torres Vedras, parabenizando a todos os que tornaram o evento possível. -----

----- Aproveitado esta menção ao Reserva a *deputada municipal Marta Geraldes*, disse esperar que todos os presentes na sala, nas diversas candidaturas, coloquem nos respetivos programas eleitorais uma Feira de Vinhos com o nome do António Carneiro, como já propôs no passado.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL CARLOS FILIPE:**

----- O *deputado municipal Carlos Filipe*, disse que falta aproximadamente 3 meses para novas eleições autárquicas e já se nota que o Partido Socialista está em campanha.-----

----- Frisou que foram 4 anos de uma certa instabilidade política e social, sem visão e sem ambição, em que as lacunas surgiram em número elevado. A falta de médicos de família abrange cerca de 48% da população torriense, a novela do novo hospital continua, e Torres Vedras nunca foi candidato à sua construção.-----

----- Assim, embora sejam o maior concelho do Oeste, terem mais habitantes e terem uma maior economia, passaram aos outros a possibilidade de terem uma obra que para Torres Vedras era essencial. Isto origina falta de credibilidade e de confiança no município.-----

----- Acrescentou que têm uma agenda política sem alternativa, cujas despesas não param de aumentar, lembrando que em 2019, a autarquia tinha 750 funcionários e atualmente existem aproximadamente 1500.-----

----- No seu entender este ciclo está em vias de ser terminado, é tempo de mudança para Torres Vedras, 50 anos é mais do que suficiente, é tempo de dar aos torrienses a vida que eles merecem.-----

----- Aproveitou para dizer que foi um prazer conhecer a presidente da Câmara.-----

----- A *presidente da câmara* disse que para ela também foi um prazer. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**12.º TRAINING ACADEMY - ACADEMIA DE FORMAÇÃO EM ROTAS CULTURAIS:**-----

----- A *deputada municipal Manuela Pacheco* pediu novamente a palavra para referenciar que o evento em título que se realizou, pela primeira vez, em Portugal, entre os dias 11 e 13 de junho de 2025, tendo como anfitriã a cidade de Torres Vedras, e esta escolha deveu-se ao reconhecimento do trabalho desenvolvido em torno da Rota Histórica das Linhas de Torres, apresentado na Universidade da Sorbonne e distinguido com a mais elevada honra.-----

----- Acrescentou que o tema desta edição se centrou na Cooperação e Rotas Culturais, com o objetivo de analisar as diversas dimensões da cooperação e sinergia entre as rotas culturais europeias, pretendendo-se, assim, identificar e adotar boas práticas de gestão e divulgação, promovendo a interação entre parceiros de diferentes itinerários, instituições culturais e turísticas, investigadores da área do património, escolas e a comunidade local.-----

----- Deu nota ainda que a participação na Training Academy é exclusiva para representantes dos 48 itinerários culturais certificados pelo Conselho da Europa.-----

----- Este encontro visa proporcionar aos gestores das rotas certificadas uma formação especializada sobre temas atuais e relevantes na gestão do património cultural e na promoção turística, contando com a intervenção de peritos académicos e profissionais do setor.-----

----- Por último assinalou que com esta iniciativa, a Câmara Municipal de Torres Vedras está, mais uma vez, de parabéns, pois, ao valorizar e divulgar a cultura, contribui decisivamente não só para o reforço da literacia das comunidades locais, como ainda na projeção do território além fronteiras.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**VIAS CIRCULARES À CIDADE – TRANSPORTES PÚBLICOS:**-----

----- A *deputada municipal Margarida Jesus*, interveio no sentido de assinalar que há urgência na construção das circulares à cidade, porque quem entra na cidade todos os dias passa por um desgaste extremo, descrevendo o percurso que costuma fazer e o tempo que demora, que sabe que se repete por todas as entradas da cidade, de manhã ou ao fim da tarde.-----

----- No seu entender este problema não pode continuar a passar ao lado, porque isto desgasta a vida de muita gente, quer para entrar, quer para sair da cidade.-----

----- A ajudar a esta situação, têm o problema dos transportes públicos que são ineficientes, porque faltam lugares, ou seja, os transportes que existem não são suficientes para a população, daí a necessidade de as pessoas trazerem os carros para dentro da cidade, situação que poderia ser evitada.-----

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**ACESSIBILIDADES:**-----

----- A *deputada municipal Marta Geraldes* começou por elogiar o facto de a rotunda da entrada

sul da autoestrada da cidade estar a ser recuperada, porque aquela uva vai ter a dignidade que merece.-----

----- Depois referiu-se a uma questão que não é nova, pois continuam sem acesso pedonal à paragem da “Acral” e na esteia da interveniente anterior, é verdade que o estacionamento parece que já não chega para a quantidade de carros que existem, portanto, a sua 1.ª sugestão era fazer um passeio que permita a todas as pessoas que vivem no Barro e na Cruz do Barro, aceder pedonalmente àquela paragem de autocarro e não apenas de carro.-----

----- Também sobre esta temática, o *deputado municipal Pedro Castelo*, no seguimento de intervenção feita anteriormente, questionou se está previsto no Bairro de Vale Rosas, alguma intervenção ao nível de alcatroamento até às próximas eleições, tendo em conta o mau estado das ruas deste bairro.-----

----- Relativamente a Vale Rosas a **presidente da Câmara** esclareceu que o alcatroamento está elencado para o terceiro trimestre do ano, em conjunto com o Bairro de São João com custo estimado € 175.000,00.-----

----- Deu nota ainda que sabem que os empreiteiros têm tido muita dificuldade de se dedicarem aos trabalhos para que foram contratados e cumprirem os prazos, o que leva a grandes atrasos, situação que sentem agora com a requalificação da rua Teresa de Jesus Pereira, com a rua Álvaro Galrão, e no caminho junto à escola da Silveira.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **ADESÃO AO PASSES M:**-----

----- Ainda no uso da palavra a *deputada municipal Marta Geraldes*, questionou a presidente da Câmara se tinham dados, de junho, relativamente ao crescimento de adesão aos passes gratuitos, ou seja, dos fluxos e do crescimento de cidadãos que andam nos transportes, acreditando que seja elevado, pelas eternas filas para elaboração dos ditos cartões.-----

----- Lembrou que nesta altura ainda não existe a possibilidade de carregar os passes por multibanco, e se isto noutros concelhos da OesteCIM talvez não faça assim tanto mossa, mas no caso de Torres Vedras e tendo em conta o universo de utentes que utilizam a direta para Lisboa já é algo que incomoda bastante.-----

----- A **presidente da câmara** respondeu que não estava na posse dos dados solicitados, mas acha que é algo que devem ter para mostrar realmente a importância da medida, e nesse sentido irá pedir um pequeno relatório até porque é notório que existe mais utilização das carreiras, mas também é um facto que este aumento se poderá traduzir na falta de lugares e poderá ser necessário adicionar mais uma carreira.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **Período da ordem do dia:**-----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**

-----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 3 de 25/04 e n.º 4 de 29/04 de 2025, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade os textos das atas apresentadas. -----

**1 – PROPOSTA N.º 20/AM/2025 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NA TRAVESSIA DA EN9 KM 62399 – PRIMEIRO SUBSCRITOR ANDREIA LOURENÇO:**

-----Presente petição em título, datada de 3/06/2025 que visa a colocação de sinalética que assegure a travessia da EN9 Km 62399, em segurança, de toda a comunidade residente em Gibraltar, Gondruzeira, Ribeira de Pedrulhos, bem como quem pretende ir ao cemitério de transportes públicos”, com 129 signatários, cujo texto se transcreve na íntegra: -----

-----“Na estada nacional 9, ao Km 62,399 encontram-se duas paragens de autocarros e não existe nenhuma passagem de pessoas, é uma estada muito movimentada e muito perigosa para quem quer atravessar como todos Sabem. Existem 2 localidades separadas sem a presença de passagem de pessoas, dificultando quem tem carrinhos de bebés, crianças pequenas, cadeiras de rodas ou até quem tem mobilidade reduzida, que tem que passar a estrada a correr ou em passo acelerado. -----

-----Posto isto, venho perguntar se é do vosso interesse que passe a existir ali uma passagem pedonal e pedir que a Câmara Municipal possa avaliar a nossa situação.” -----

-----Apresentando o assunto o **presidente da Mesa** lembrou que petição tinha que ser agendada cumprindo o regimento da AM, e informada a subscritora do mesmo. -----

-----Lembrou ainda que como a não se enquadra numa competência da Câmara Municipal porque é uma estrada nacional, a sua sugestão ia no sentido de remeter a petição para a Infraestruturas de Portugal, S.A. solicitando que satisfaçam dentro daquilo que é tecnicamente e legalmente exigível o que a própria petição propõe, e à Câmara Municipal de Torres Vedras para que inclua na sua agenda de assuntos a desenvolver com a IP, S.A. a temática em causa. -----

-----O **presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza** fazendo um pouco de história, deu nota que a situação em causa tem muitos anos, esta estrada foi repavimentada em 2007, e desde aí que de vez em quando, a junta envia mails a pedir e a questionar porque é que entre duas paragens de autocarro entre duas aldeias que se servem daquela via e daquela paragem, para atravessarem para o lado contrário, não têm qualquer passadeira, o que não se comprehende. -----

-----Como resposta a IP diz que “é uma falsa sensação de segurança”, palavras que nunca mais se esquece porque já as disseram tanta vez e sentem-se impotentes para alterar isso, inclusive porque chegaram a disponibilizar o pagamento da passadeira com a empresa que eles quisessem, e não é só ali, ainda em mais sítios durante os 3km que a Ponte Rol tem de EN9, nomeadamente em Gibraltar, mas a resposta é sempre a mesma. -----

----- Considera que o município, poderá ter mais alguma influência e parabeniza a petição porque é de gosto e é de cidadania e é isto que deve acontecer muitas vezes. -----

----- Reportando-se ao pedido que fizeram para a implementação de uma da rotunda ao Queijo Saloio, informou que a única resposta que receberam da Câmara Municipal de Torres Vedras foi que enviaram uma carta à IP a solicitar a rotunda, e embora saiba que nunca vai ser resolvido desta forma, fica na esperança que tenha havido outras démarches internas das quais a junta não tem conhecimento. -----

----- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, sob proposta do seu presidente e após a devida apreciação pelo plenário, remeter a petição para a Infraestruturas de Portugal, S.A. solicitando que satisfacem dentro daquilo que é tecnicamente e legalmente exigível o que a própria petição propõe, e à Câmara Municipal de Torres Vedras para que inclua na sua agenda de assuntos a desenvolver com a IP, S.A. a temática em causa. -----

## **2 - PROPOSTA N.º 23/CM/2025 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2024:**

----- Presente ofício número 2524, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6/06/2025, a remeter, de acordo com o deliberado por maioria pelo executivo, em sua reunião de 03/06/2025, os documentos da prestação de contas consolidadas de 2024 do grupo autárquico municipal, tal como definido no art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, conjugada com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/09 (NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas). -----

----- Introduzindo o assunto a **presidente da Câmara** disse que se trata apenas de cumprir uma obrigação legal no âmbito do regime financeiro das autarquias locais, ou seja, apresentar contas consolidadas do grupo municipal, SMAS, Promotorres e CMTV. -----

----- Pediu a palavra a *deputada municipal Marta Geraldes*, para dizer que a bancada do PSD, à semelhança do sentido de voto nas contas da Câmara Municipal e dos SMAS, iria optar pela abstenção, contextualizando que é sempre um documento que reflete as opções da Câmara Municipal, mas que não refletem o projeto do PSD e as suas opções se estivessem a governar este município. -----

----- De qualquer das formas, com a ressalva que este é o único documento no ano em que têm acesso às contas da Promotorres, e já o tendo mencionado aquando da prestação de contas, salientou o crescimento de 10% dos gastos com o pessoal, que é sempre um gasto permanente e para o qual devem ter todo o cuidado. Acontece que na Promotorres o crescimento dos gastos com pessoal foi 20%, que percebe que em parte tenha sido pelo aumento de remuneração mínima mensal e também contratação de novas pessoas. -----

----- Ressalvou ainda que houve uma redução nos encargos das despesas de saúde dos

trabalhadores da autarquia e dos serviços municipalizados, uma vez que a ADSE passou a assumir os encargos financeiros relativos aos cuidados de saúde prestados aos trabalhadores das autarquias locais, conforme estipulado na lei do orçamento de estado para 2024, ou seja este crescimento ainda podia ter sido maior sem esta redução.

----- Deixou esta ressalva como sendo um dado preocupante que já foi abordado várias vezes no plenário e que, portanto, nas contas da Promotorres também deve ser ressalvado.

----- O *deputado municipal Rui Estrela*, numa primeira nota, lamentou o facto de o UTV não ter visto acolhida uma proposta várias vezes reiterada no plenário de que as contas após serem aprovadas em Câmara Municipal deviam ser comunicadas, e será uma prática que passarão a usar, de forma simples, com infografia percepível ao cidadão, independente dos fóruns onde tenham que passar para a sua validação, neste caso no órgão deliberativo que se associa à sua aprovação, considerando essencial que aconteça essa proximidade.

----- Passando às contas propriamente ditas, reportou-se aos custos com pessoal. Assim em 2023 falavam de 30,6 milhões, em 2024 falam de 33,4 milhões, portanto, aproximadamente um incremento de 10%, ou seja, mais 3 milhões de euros de um ano para o outro, o que é de facto preocupante e o assimilar de encargos que ficarão para o futuro.

----- Reforçou que a preocupação não é tanto a dimensão do incremento anual, mas o facto de saberem que as pessoas que estão a entrar para preencher lugares abertos pela autarquia, entram com posições remuneratórias muito acima daqueles que há 10, 15, 20 anos estão no município a trabalhar, e que no entender do UTV mereciam também esse reconhecimento remuneratório. Será uma forma de fazer que pode ser diferente e que esperam vir a poder executar no futuro.

----- Por sua vez o *deputado municipal Rui Prudêncio* fez notar que este ponto é uma obrigatoriedade técnica legal e, para a qual o grupo municipal do PS não encontra nenhum tipo de dúvida, nenhum tipo de discrepância técnica nesta consolidação, pelo que vão votar favoravelmente.

----- Relativamente algumas palavras que ouviu, mais concretamente as contas e o orçamento da Câmara Municipal deviam ser publicado antes da aprovação em sede da Assembleia Municipal é algo que não faz qualquer sentido porque compete à Assembleia Municipal a aprovação final dessas contas. Até essa aprovação, nenhuma contas, mesmo aprovadas em sede de executivo serão as contas finais.

----- Defendeu ainda que estar a publicar essas contas e depois num determinado momento poderem alterá-las ou não as aprovar, acha que estão a enganar as pessoas, parecendo que há aqui alguma dificuldade por parte do UTV em cumprir leis, se tiverem em conta uma proposta que fizeram para criar mais uma unidade saúde ao obrigo de uma lei que não existe, e agora mais

uma tentativa de ultrapassar a lei. -----

----- Por último salientou que as contas da Câmara são transparentes, e são públicas após a sua aprovação. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo*, começou por dizer que também não via nenhum problema nas contas consolidadas e iria votar a favor. -----

----- Como ressalva reportou-se às rúbricas de fornecimentos e serviços externos, para lamentar, como tem feito ao longo do mandato, que em relação à Promotorres as coisas sejam sempre dúbias e pouco explícitas, e para o efeito deu o exemplo que quanto aos SMAS vem o aumento de 11,5% discriminado e explicado, mas em relação à Promotorres, diz apenas o seguinte: "o aumento registado, mais 10%, é um reflexo do aumento generalizado dos preços de bens e serviços." -----

----- No seu entender esta empresa municipal inútil, é um peso morto para o município, e é efetivamente aquilo que tudo que não precisam no concelho de Torres Vedras. -----

----- Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista nos artigos 25.º, n.º 2, alínea I) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação e no artigo 76.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 73/2013, de 03/09, deliberou, por maioria de 26 a favor e 11 abstenções, aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas de 2024 do grupo autárquico municipal de Torres Vedras, nos termos do art.º 75.º, da já citada Lei n.º 73/2013, conjugada como Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/09 (NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas),, aprovar a prestação de contas Consolidadas do Município Torres Vedras de 2024. -----

----- Anota-se que se abstiveram, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldes, António João Leal da Costa Bastos, Ana Isabel Marques Fiéis, João Paulo Moreira dos Reis, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Rui Manuel Estrela da Silva, Sérgio Abel da Silva Alves, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Margarida Maria Gomes Veloso Jesus e Andreia Filipa Alves Caldas. -----

----- Encontravam-se ausentes José Francisco Damas Antunes e Pedro Jorge da Vaza Santos. -----

### **3 - PROPOSTA N.º 18/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPCÕES DO PLANO PARA 2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:**

----- Presente ofício número 2522, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/06/2025, a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade em sua reunião de 03/06/2025, a revisão em título. -----

----- A *presidente da Câmara* apresentou a revisão em apreço que visa questões de natureza técnica, ou seja, a criação e reforço de rubricas na receita e criação de rubricas na despesa e a

reformulação da repartição de encargos constantes das grandes opções do plano, devidamente identificados na informação disponibilizada.-----

----- A *deputada municipal Marta Geraldes* começou por salientar que às vezes quando não querem abordar os temas dizem que os assuntos são muito técnicos, mas no seu entender, se vem à assembleia municipal é porque têm algo de político, tem algo a ver com a vida das pessoas, há conteúdo.-----

----- Com este enquadramento fez notar que já vão na quarta revisão ao orçamento e percebe algumas questões, nomeadamente desdobrar rúbricas e questões legais necessárias, mas estas participações comunitárias, e esta entrada de rúbricas de projetos financiados demonstra alguma falta de gestão e alguma falta de cuidado no próprio registo e relato financeiro. Assim, quando se diz que é só técnico, e que estas rubricas vão ser criadas e têm que ser reforçadas, porque no orçamento não foram colocadas corretamente, isto tem questões políticas e, portanto, o PSD vai se abster, não têm nada contra, mas a revisão visa projetos muito importantes para o concelho, que têm que ser feitos e como tal tem que ser dito que a gestão do dinheiro público não foi bem-feita e não estava devidamente contemplada no orçamento quando eram projetos que já sabiam que iam acontecer.-----

----- O *deputado municipal Rui Prudêncio*, concordou com a interveniente anterior, de facto, existe conteúdo, mas é um conteúdo bom, é um conteúdo de investimentos para melhorar a vida dos torrienses em diversas áreas, em diversos domínios, de alguma forma repercutindo aquilo que são as receitas e investimentos que já estavam contemplados e que aguardariam dotação financeira para terem início alguns deles, outros desdobramentos, portanto, o PS não têm qualquer problema, até pelo contrário, considera que é um bom conteúdo.-----

----- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato á votação.-----

----- A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redacção, deliberou por maioria de 32 votos a favor e 6 abstenções, aprovar a 4.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

----- Anota-se que se abstiveram, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldes, António João Leal da Costa Bastos, Ana Isabel Marques Fiéis, João Paulo Moreira dos Reis, José Francisco Damas Antunes.-----

----- Encontrava-se ausente da sala Pedro Jorge da Vaza Santos.-----

#### **4 - PROPOSTA N.º 19/CM/2025 - AUTORIZAÇÃO DA CONTRATACÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO A8/PALHAGUEIRAS, ATÉ AO MONTANTE DE € 14.500.000,00:**

----- Pressente ofício número 2525, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/06/2025, a dar

nota que o executivo em sua reunião de 03/06/2025, tendo presentes as propostas recebidas e que cumprem os requisitos solicitados pela autarquia, deliberou, por unanimidade, na sua reunião de 03/06/2025 a remeter o processo de empréstimo em título, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09 para o qual selecionou a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras com o spread de 0,23% a somar à Euribor a 6 meses. -----

-----O **presidente da Mesa** apresentou o assunto, lembrando que depois da Assembleia Municipal em fevereiro ter declarado utilidade pública das parcelas a expropriar, necessárias à execução desta via, volta para autorizar a contratação do empréstimo. -----

-----Pediu a palavra o *deputado municipal João Paulo Reis*, para dizer que relativamente à questão do empréstimo, o UTV não tem nada a opor, e relativamente à consignação da obra, apesar de todos os atrasos, estão felizes, como estarão certamente todos os torrienses, porque irá a acontecer na próxima sexta-feira. -----

-----Assim esperam que a sua concretização seja no prazo esperado para que não se percam os apoios do PRR, no entanto, preocupa-os o facto de apenas na passada sexta-feira ter sido lançado concurso para a fiscalização da empreitada, uma vez que se tudo a correr bem só no final de julho e início de agosto é que vão ter fiscalização na obra, e sabem que no início das obras surgem sempre inúmeras questões que importam ser esclarecidas para que os trabalhos andem de forma célere para que o município também não saia lesado com trabalhos a mais, erros e omissões e tudo mais. -----

-----Em resposta a **presidente da Câmara**, manifestou uma enorme satisfação que possam consignar e iniciar a obra, esclarecendo que a mesma será fiscalizada pelos recursos da autarquia, ou seja a situação da fiscalização está assegurada até à contratação dos serviços. -----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal, atento o disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º também da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e do n.º 2, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3/09, ambas na sua atual redação, e ainda conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º deste mesmo diploma, tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 21.246.068,00) deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da construção da estrada de ligação A8/Palhaqueiras, até ao montante de € 14.500.000,00 à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Torres Vedras, com o spread de 0,23% a somar à Euribor a 6 meses. -----

**5 - PROPOSTA N.º 20/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE TORRES VEDRAS:** -----

-----Presente ofício número 2527, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6/06/2025, a remeter para apreciação o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Torres Vedras, de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião de 03/06/2025. -----

-----A **presidente da Câmara**, deu nota que o relatório em análise teve discussão pública, tendo sido apresentadas duas propostas, uma sem enquadramento neste âmbito e a segunda com enquadramento no âmbito da discussão pública do plano diretor municipal de Torres Vedras.-----

-----O **deputado municipal João António Bastos**, como primeira nota, disse ter chegado à conclusão que quando entram em discussão pública documentos destes que são importantíssimos, é dos poucos que tem alguma coisa a dizer.-----

-----Assim, sobre o REOT, tinha a dizer que é um documento completíssimo, é extenso (467 folhas), faz uma caracterização muito boa do concelho de Torres Vedras, pelo que constitui um instrumento fundamental para as tomadas de decisão.-----

-----Como já teve a oportunidade de manifestar em diversas ocasiões, entende que o concelho de Torres Vedras, em vastas áreas do território, tem uma lacuna muito grande em termos de urbanismo, decorrente da falta de planeamento, referindo-se concretamente aos espaços urbanos construídos nos últimos 50 anos, os quais não integram princípios tão básicos como alinhamentos de ruas, larguras de ruas, larguras de passeios, afastamentos de casas, volumetrias, tipologias, etc. Deu como exemplo as localidades de Silveira, Boavista e os Casalinhos de Alfaiaata, e toda uma série de espaços urbanos que mais do que duplicaram de dimensão nos últimos 50 anos, mas espelham uma estrutura urbana em que normas e princípios urbanísticos estão completamente ausentes.-----

-----Relativamente ao documento em si, no que concerne à elaboração/revisão dos planos municipais, o plano refere que o PDM depende da aprovação da REN e da RAN e perspetiva-se que no próximo relatório já esteja em vigor. Dos planos de urbanização, o de Torres Vedras está aprovado e eficaz, mas o de Santa Cruz, Póvoa de Penafirme e Silveira foi iniciado em janeiro de 2005, teve concertação em 2014 e de então para cá já passaram 11 anos e aparenta não ter tido mais desenvolvimentos.-----

-----Prosseguiu indicando que os planos de pormenor desenvolvidos para permitir instalações industriais foram levados até ao fim, estão eficazes, embora nem todos tenham concretizado os investimentos previstos, e o mesmo se pode dizer dos planos de pormenores para os conjuntos turísticos, só que nestes não houve qualquer concretização, não houve nenhum que avançasse.-----

-----Relativamente aos restantes planos pormenor, tirando o do Centro Histórico de Torres Vedras e o do Choupal e Áreas envolventes, estão ou aparentemente parados ou com desenvolvimento muito lento, pois o da Foz do Sizandro e respetiva envolvente, teve início em julho de 2003, teve

concertação em 2019 e não são referidos mais desenvolvimentos. O de Santa Rita/Porto Novo, teve início em julho de 2003 e a fase de concertação em dezembro de 2010 e de então para cá aparenta não se ter passado mais nada, o do Casal do Seixo iniciado em 2005, apenas a referência que foi expurgada a parte turística em 2010 em consequência do PROTLVT e de então para cá mais nada aconteceu. Quanto aos planos de pormenor da cidade, o de Monte Olivete teve conferência procedural em 2003 e o das Marvãs que se iniciou em 2019, a Câmara ainda não divulgou qualquer tipo de proposta ou desenho urbano. -----

----- Face a este panorama conclui que alguns planos de pormenor estão como que “encalhados” e que outros têm um desenvolvimento muito lento. Bem sabe que um plano pormenor obriga a um protocolo muito rígido, com muitos procedimentos e que naturalmente se estendem no tempo, mas pergunta, porque não recorre a Câmara mais vezes a unidades de execução. -----

----- Frisou que o REOT, cuja qualidade não oferece dúvidas a ninguém, deixa bem claro que a Câmara de Torres Vedras tem recursos técnicos muito capazes, que poderiam desenvolver unidades de execução para as áreas de maior pressão urbanística, salvaguardando o interesse público. Alertou para o caso da área industrial do Pinhal de Cascais, junto à Frismag, onde nos últimos 5 anos grande parte dos edifícios e infraestruturas do concelho foram construídas, mas existe “zero” lógica na ocupação daquele território. -----

----- Acha que se os executivos municipais tivessem tomado a iniciativa de solicitar aos técnicos do município uma unidade de execução para aquele território, teria evitado aquela “trapalhice”. -----

----- Terminando fez uma referência à fraquíssima execução das infraestruturas rodoviárias, ou seja, apenas quatro das 23 foram executadas e quanto às novas infraestruturas rodoviárias da cidade, que já foram faladas hoje no plenário, cuja data de previsão variava entre os anos de 2019 e 2023 e nenhuma está executada, e tanto quanto sabe, nem estudos, nem projetos têm. -----

----- O deputado municipal **Francisco Corvelo**, começou por dizer, tal como referido pelo interveniente anterior que é um documento muito extenso, com 467 páginas, que no curto espaço de tempo em que esteve disponível para a análise por parte dos deputados municipais, conjuntamente com outros documentos, impossibilita toda a sua aprofundada leitura, quanto mais a sua análise, embora do ponto de vista meramente técnico, julga o relatório irrepreensível e mais não seria de esperar da equipa de bons técnicos responsáveis pela sua elaboração. -----

----- Disse ainda que o PCP não conseguiu ler na íntegra e muito menos proceder à sua rigorosa análise e se calhar não estão sós, pelo que não se sentem habilitados a votar conscientemente, quer favorável ou contra este documento, deveras importante para a gestão do território do concelho. Apesar de tudo e da leitura de viés que fizeram, pareceu-lhes patente a preocupação de realçar tudo o que de benéfico poderia ser realçado e omitir aquilo que está mal e que necessita urgentemente de ser corrigido, uma questão de opção política e não técnica. -----

-----Por outro lado, depararam-se com alguns dados que os deixaram preocupados. Assim, verificaram um aumento da população no litoral e diminuição da população no interior, embora com salto positivo de habitantes no concelho e nas freguesias, onde se está a perder população, que é mais envelhecida, o que é um dado a ter em conta. Manteve-se no essencial, mas com ligeira diminuição, as ofertas de saúde, mesmo sendo de fraca qualidade, que não vem demonstrada no relatório, mas que com o aumento da população, deveria ser aumentada. -----

-----Verifica-se ainda que, houve encerramento, exatamente onde a população é mais, envelhecida e tradicionalmente necessita mais de apoio e de saúde. No social houve um aumento da oferta continuada e de projetos pontuais, o que é positivo, mas não deixa de ser interessante que na rede pública só há uma oferta e é de caráter militar em Runa. -----

-----Na área cultural, apesar de haver um aumento de oferta, a mesma está praticamente toda concentrada na freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, ou seja, na cidade, e alguma da oferta como salas de cinema ou coleções visitáveis são de difícil percepção onde se encontram. -----

-----No entender do PCP, a linha política definida e subjacente a este documento traduz-se nesta máxima “façam, que nós Câmara Municipal Torres Vedras, apoiamos.” É uma linha política com a qual discordam, pois admite uma desresponsabilização do município em fazer e ser o motor das iniciativas necessárias ao desenvolvimento, conduzindo a esta questão “e se ninguém fizer?” as áreas da competência da autarquia como a rede viária. -----

-----Com nota final disse que chamar “espaço intermodal” quando a distância entre a estação da CP e o terminal rodoviário dista mais de 1km, parece-lhes no mínimo um pouco desadequado. -----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa colocado à votação o ponto em análise. -----

-----Tendo presente a sua competência da prevista no n.º 3, do art.º 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05, na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Torres Vedras. -----

-----Anota-se que se absteve Francisco Corvelo e encontrava-se ausente da sala Andreia Caldas.

## **6 – PROPOSTA N.º 21/CM/2025 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE COGESTÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DAS SERRAS DO SOCORRO E ARCHEIRA:**

-----Presente ofício número 2644, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 17/06/2025, a remeter a proposta de plano em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 17/06/2025. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que em causa estava um instrumento de gestão da área protegida da Serra de Socorro e Archeira para valorização e promoção de todo aquele espaço, que esteve em discussão pública, mas não foram registrados contributos. -----

----- Usou da palavra o *deputado municipal João Paulo Reis* sinalizando que o plano lhes parece bastante completo e que traz algo muito importante para de uma vez por todas se investir no território e ser devidamente valorizado e para promover também um turismo de natureza e um turismo educativo, realçar o facto deste plano propor a substituição dos eucaliptos na encosta da Serra do Socorro por vegetação autóctone. -----

----- Reforçou que mais do que este plano, é preciso executar, pois à semelhança deste plano têm muitos no Município de Torres Vedras e muito pouco deles estão executados, deixando como recomendação à Câmara para que avance com a execução e que daqui a um tempo possam estar ali a fazer um balanço positivo do mesmo. -----

----- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação. -----

----- Nos termos da sua competência, prevista na alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Cogestão da Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira. -----

## **7 - PROPOSTA N.º 22 CM/2025 – APROVAÇÃO DAS LISTAS DE JUÍZES SOCIAIS – DECRETO-LEI N.º 156/78, DE 30 DE JUNHO:**

----- Presente ofício número 2526, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6/06/2025, a remeter e de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 03/06/2025, a lista final de cidadãos que podem exercer as funções em título, a fim de ser remetida ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça, para a qual foram consultadas 67 entidades, tendo 24 entidades respondido em conformidade e as restantes entidades, objeto de consulta, não responderam ou não nomearam cidadãos para os devidos efeitos. -----

----- Usou da palavra o **presidente da Mesa** para uma breve explicação introdutória da competência da assembleia nos termos da lei vigente. -----

----- Também para uma breve nota, interveio a *deputada municipal Marta Geraldes*, dirigida às muitas entidades e associações que funcionam em grande parte com apoios camarários que não indicaram ninguém para as listas, salientando que a autarquia faz o seu trabalho, mas quem está do outro lado também não colabora. -----

----- Não se registaram mais intervenções tendo-se passado à votação: -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou, em cumprimento do art.º 36.º, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30/06, aprovar, por unanimidade, a lista de juízes sociais, identificados na listagem constante da informação da vereadora Ana Umbelino, e que faz parte integrante do processo. -----

## **8 - PROPOSTA N.º 15/AM/2025 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:**

----- O **presidente da Assembleia**, começou por lembrar que de acordo com o acordado com os respetivos presidentes, as comissões já encerraram os seus trabalhos e iria ser apresentada uma

análise avaliativa dos trabalhos realizados por cada uma das comissões que criaram neste mandato, referindo pontos positivos, negativos e desafios para futuro. -----

----- Antes de dar a palavra, felicitou todos os deputados que estiveram integrados nas diferentes comissões pelo trabalho, a militância cívica, e todos os contributos que produziram, que foram imensos, e proporcionaram discussões ricas e propostas de intervenções, que honraram e dignificaram em muito esta assembleia.-----

----- Referiu ainda que na última sessão deste mandato, também irá ser definido um tempo para cada líder de cada grupo municipal fazer uma análise política sobre o mandato. -----

### **1 - “Análise Avaliativa dos trabalhos da Comissão Permanente de Saúde – Mandato 2021-2025:**

----- Positivo: -----

----- Realização da Assembleia Municipal Temática; -----

----- Muito bom trabalho e disponibilidade de todos os funcionários no apoio a esta Comissão. -----

----- Negativo: -----

----- Dificuldade no agendamento e na realização de reuniões, no início do mandato; -----

----- Falta de recetividade das recomendações da comissão; e -----

----- Não implementação de qualquer das recomendações desta Comissão -----

----- Desafios: -----

----- Alcançar maior interação, recetividade e disponibilidade, por parte do Executivo relativamente aos trabalhos desta Comissão.” -----

----- Teve a palavra o presidente da comissão, **Rui Prudêncio**, que desde logo assinalou que de facto foram 4 anos de grandes desafios, muita discussão, muita vontade de alterar muita coisa, esbarrando muitas vezes na própria incapacidade executiva, uma vez que são um órgão deliberativo.-----

----- Deixou um agradecimento a todos os membros que fizeram parte da comissão e todos os contributos e a disponibilidade, e uma palavra especial a à Vânia, à Marília, que os ajudaram imenso e facilitaram muito o trabalho.-----

----- Salientou a realização da Assembleia Municipal Temática como aspeto positivo, pois ouviram a sociedade civil, a produção de muitas recomendações, a disponibilidade da administração unidade local de saúde para a realização de reuniões. Como aspeto negativo, destacou alguma dificuldade do agendamento e realização, devido ao COVID, alguma falta de recetividade das recomendações de alguns intervenientes e também alguma dificuldade em termos interlocutores vários, que por vezes dificultou a produção dos seus trabalhos.-----

----- Destacou ainda o facto de não terem conseguido reunir com a administração central, nomeadamente com o Ministério da Saúde, pois as reuniões pedidas, foram sucessivamente

desvalorizadas e endereçadas para órgãos mais abaixo do Ministério -----  
----- Quanto a desafios de futuro, o que querem deixar a quem vier é dar a continuidade a esta Comissão Permanente de Saúde, pois é importante para analisar os problemas do território, e dar continuidade às assembleias temáticas, ou seja trazer ou levar para fora a própria Assembleia Municipal, alcançar uma maior interação com o executivo municipal e dinamizar o Conselho Municipal de Saúde, que segundo informação que têm só reuniu uma vez. -----  
----- Defendeu ainda a necessidade de promover audições regulares com os intervenientes locais no setor da saúde, fazendo esta ligação do social com a saúde, e por fim promover a fixação de médicos em todas as unidades de saúde, ou seja, dentro daquilo que são as competências da Câmara Municipal, encontrar formas de poderem fixar médicos. -----  
----- Aproveitou para dar nota de alguns dados que saíram precisamente neste dia da colocação de médicos e que são verdadeiramente preocupantes, não só na região oeste, pois a USL de Santa Maria, tinha 43 vagas abertas e concorreram 11 médicos e a ULS de Portalegre abriu 32 vagas e teve zero. Têm que encontrar soluções para estas para estas questões e, portanto, acha que a continuação destes fóruns e destes grupos é uma forma de encontrarem soluções, sendo um desafio que deixam para aqueles que virão no futuro. -----

## **2 - “Análise Avaliativa dos trabalhos da Comissão Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente – Mandato 2021-2025:**

----- Pontos Positivos:-----  
----- Representação multipartidária-----  
----- Aprofundamento de temas específicos-----  
----- Melhor entendimento da realidade através das visitas realizadas-----  
----- Registo dos trabalhos, reuniões e visitas -----  
----- Pontos Negativos:-----  
----- Alterações na composição da comissão-----  
----- Âmbito alargado da comissão não permitiu tratar equilibradamente assuntos de todas as áreas-----  
----- Ausência de dados e documentação própria -----  
----- Pouca autonomia na interação com a comunidade externa -----  
----- Propostas para Futuro:-----  
----- Manter as comissões especializadas -----  
----- Criar uma Comissão Permanente de Turismo -----  
----- Dotar as comissões de meios próprios-----  
----- Previamente ao envio de documentos estratégicos para consulta públicas, esses documentos deveriam ser remetidos às comissões especializadas, para parecer.”-----

----- Teve a palavra ao presidente da comissão, **David Lopes** que começou por dizer que esta sua intervenção seria de balanço da comissão e visa fazer uma avaliação do trabalho que foram desenvolvendo ao longo deste mandato, mas também dar o impulso para o futuro, porque entendem que é uma comissão que muito poderá dar à assembleia e ao município. -----

----- Enunciou os pontos positivos devidamente identificados no documento e dos pontos negativos salientou o âmbito alargado desta comissão que não permite um foco especial e concreto, mas permite uma abrangência muito grande. Muitas vezes também sentiram a dificuldade de ausência de dados e documentação própria para o trabalho, pouco autonomia na interação com a comunidade facto que se comprehende, tendo indicado para futuro, manter as comissões existentes, porque são de facto muito importantes. -----

----- Salientou ainda possibilidade de haver um desdobramento para uma comissão de turismo, pois é uma área que também queriam abordar e nunca conseguiram. -----

----- Ainda como proposta para futuro salientou a necessidade de a comissão ter mais meios próprios, maior autonomia de trabalho e que pudesse emitir pareceres prévios a documentos estratégicos que vão sendo elaborados pelo município, medida que julgam ser transversal a todas as comissões antes da consulta pública. -----

----- Por fim, agradeceu ao presidente da assembleia que ao longo do mandato os incentivou e apoiou, ao Celso de Carvalho que foi presidente da comissão até maio de 2024 por todo o trabalho desenvolvido e a todos os membros da comissão, porque independentemente da bancada que representam, foram conseguindo desenvolver agradáveis conversas e debater os temas de forma séria. Agradeceu ainda à Vânia e à Marília que os acompanham nos trabalhos. ---

### **3 - “Análise Avaliativa dos trabalhos da Comissão Permanente de Urbanismo e Planeamento do Território – Mandato 2021-2025:**

----- Positivo: -----

----- Eleitos com diferente sensibilidade políticas que podem informar os companheiros das questões merecedora de tratamento em comissões especializadas; -----

----- Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal, e elaboração dos Planos de Urbanização e de Pormenor em curso, com reuniões periódicas com a equipa responsável da Câmara Municipal; -----

----- Modernização da Direção de Gestão Urbanística, com a implementação dos processos de obras particulares na versão Digital em substituição do papel, tendo-se realizado várias reuniões de acompanhamento desta implementação com explicação pormenorizada pelos técnicos camarários. -----

Negativo: -----

----- O que não foi possível de realizar a conclusão dos trabalhos da revisão do Plano Diretor

Municipal, devido à lentidão das respostas dadas pela administração Central e instituições envolvidas no processo. -----

----- Desafios:-----

----- Manter as comissões especializadas, -----

----- Haver deslocações periódicas aos locais a intervir, em Planos, e demais instrumentos de Ordenamento do Território; -----

----- Informação prévia à realização das reuniões, a todos os membros da Comissão, para que haja um mínimo de preparação; -----

----- Relatórios da atividade desenvolvida pela Comissão em todas as Sessões da Assembleia Municipal.”-----

----- Uma vez que a análise avaliativa era do conhecimento de todos os deputados o presidente da comissão **António João Bastos** focou-se no facto de ter notado uma diferença abismal sobre o funcionamento da assembleia, para melhor, agradecendo ao presidente, porque foi valorizado o papel da Assembleia Municipal, uma vez que noutros mandatos em que participou a assembleia tinha discussões por vezes vazias, e o facto de haver comissões que reúnem e discutem a matéria permite aos seus membros informar os respetivos grupos municipais sobre as mesmas. -----

----- Considerou igualmente importante assinalar que a comissão reuniu com os técnicos do município, que também precisam de ouvir os cidadãos, porque eles são uma assembleia de cidadãos, e isto é que é a democracia, na sua opinião. -----

----- Assinalou ainda ser importante que este esquema de funcionamento se mantenha, e que se valorize o papel da Assembleia Municipal. -----

#### **4 - “Análise Avaliativa dos trabalhos da Comissão Permanente de Economia e Demografia – Mandato 2021-2025:**

----- Positivo: -----

----- Participação e empenho dos membros da Comissão; -----

----- Criação, manutenção e divulgação de dados económicos e demográficos, caracterizadores e identificadores do Concelho. Excelente apoio do Doutor Carlos Robalo da “Agência Investir”; -----

----- Realização das Assembleias Municipais Temáticas, produtoras de excelentes recomendações; -----

----- Registo completo para memória futura de todas as atividades realizadas; -----

----- Relações estabelecidas e colaborações conseguidas com imensas entidades, públicas e privadas, singulares e coletivas, de âmbito municipal e/ou alargado; -----

----- Excelente colaboração do Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal. -----

----- Negativo: -----

----- Falta de tempo dos membros da Comissão; -----

----- Falta de apoio especializado para aumentar e melhorar qualidade trabalho da Comissão. -----

----- Desafios:-----

----- Dotar a Comissão com Apoios Técnicos especializados; -----

----- Tornar obrigatório, antes de apreciação/votação nas Sessões da AM, que todo e qualquer documento de gestão previsional: programas, planos e/ou regulamentos do âmbito dos trabalhos da Comissão serem-lhes apresentados e analisados em conjunto com o Executivo e com quem este considerar; -----

----- Deputados da Comissão devem acompanhar Executivo, Presidente e Vereadores, nas suas participações em representação do Município: em reuniões de redes, visitas trabalho, congressos, etc., de âmbitos dos trabalhos da Comissão. -----

----- O presidente da comissão, **José Correia** começou por agradecer a todos os membros da comissão porque, efetivamente, ao longo do tempo criaram um bom ambiente e uma capacidade de intervenção e de comunicação que foi sempre muito agradável, e apesar das diferenças de opinião, conseguiram sempre ter unanimidade em todas as decisões. -----

----- Destacou como positivo terem conseguido no decurso dos trabalhos ir produzindo um conjunto de dados que norteavam muitas das conversas e discussões, mas que os fez conhecer melhor o concelho, legado que deixam, e que foi fruto do trabalho do Carlos Robalo, da Agência Investir, dados esses que estão disponíveis para quem quiser. -----

----- Destacou ainda a realização de assembleias municipais temáticas, uma sobre o cluster alimentar no concelho e outra sobre o emprego e as empresas em Torres Vedras, em que se fez um esforço para deixar o registo para memórias futuras de todos estes trabalhos. Também foi positivo a comissão ter criado um conjunto vasto de relações com outras entidades públicas e privadas, que deram outra dimensão ao trabalho da Assembleia Municipal e a quem deram a conhecer a própria Assembleia Municipal. -----

----- Salientou em termos de desafios a necessidade de dotar esta comissão e as outras com apoios especializados, e tornar obrigatório, antes de apreciação nas sessões, que todo e qualquer documento de gestão previsional: programas, planos e/ou regulamentos do âmbito dos trabalhos da Comissão serem analisados em conjunto com o executivo. -----

----- Não sabe se será possível, mas acha que é um bom princípio metodológico de trabalho para haver uma maior concertação democrática sobre matérias que são importantes para todos os cidadãos do concelho. -----

## **5 - “Análise Avaliativa dos trabalhos da Comissão Permanente de Líderes – Mandato 2021-2025:**

----- Positivo:-----

----- Criação das Comissões e das Assembleias Municipais Temáticas; -----

----- Excelente funcionamento das Comissões; -----

----- Trabalhos para memória futura com todos os relatórios e atas relativos não só às Comissões como a de todas as entidades onde a AM se fez representar; -----

----- Programação anual e preparação atempada das Sessões da AM, promotoras de uma grande coordenação dos trabalhos e da participação de todos; -----

----- Excelente apoio prestado ao processo de desagregação freguesias: candidaturas e implementação das freguesias; -----

----- Nível de participação, disciplina e de civismo ao longo de todo o mandato por parte de todos os deputados; -----

----- Qualidade das intervenções dos deputados de modo continuado, de realçar nas comemorações dos 50 e 51 anos do 25 abril, a par das sessões comemorativas do Feriado Municipal, 11 novembro; -----

----- Participação continuada de cidadãos que intervieram em quase todas as sessões da AM; -----

----- Excelente apoio da AHBV de TV na disponibilização do seu Salão Nobre para nos reunirmos, no início do mandato, por causa da pandemia; -----

----- Muito boa cobertura das Sessões e sua gravação, é de elogiar a equipa liderada por António Peres; -----

----- É de reconhecer o Profissionalismo, Brio, Militância e Disponibilidade, a par da excelência do trabalho, da Marília e Vânia, sem esquecer o Hélder. Mais o cuidado e atenção permanente do Paulo e do Ralha; -----

----- Agradecimento particular à Comunicação Social, nomeadamente ao “Badaladas”, pela cobertura permanente e cuidadosa dos trabalhos da AM; -----

----- Agradecimento ao Executivo, pela cooperação e disponibilidade permanente de toda a Vereação, Dirigentes e Técnicos da CM. Enaltece-se o apoio e empenho continuado da Sra. PCM.

----- Negativo: -----

----- Mortes do António Carneiro e do Marco Branco; -----

----- Dificuldades em reunirmos no início do mandato por causa da pandemia. -----

----- Desafios: -----

----- Necessário dotar a AM c/Apoio Técnico Especializado (1 Técnico p/Orçamentos e Economia; 1 Técnico p/Recolha e Tratamento Dados; 2 Técnicos p/Áreas Sociais: Ação Social, Educação e Demografia), a juntar ao Atual Núcleo de Apoio: Administrativo e Jurídico; -----

----- Tornar obrigatório, antes de apreciação/votação nas Sessões da AM, que todo e qualquer documento de gestão previsional: programas, planos e/ou regulamentos do âmbito dos trabalhos das Comissões serem-lhes apresentados e analisados em conjunto com o Executivo e com quem este considerar; -----

----- Deputados das Comissões devem acompanhar Executivo, Presidente e Vereadores, nas suas participações em representação do Município: em reuniões de redes, visitas trabalho, congressos, etc., de âmbitos dos trabalhos das respetivas Comissões.” -----

----- O presidente da comissão, **José Correia** anotou que a análise avaliativa desta comissão, centrava-se mais do ponto de vista do funcionamento da assembleia municipal e como também era do conhecimento de todos, iria essencialmente falar de futuro e nos desafios. -----

----- Assim, reforçou ser necessário dar à Assembleia Municipal apoios técnicos especializados, alguém que trabalhe as diversas matérias, faça sínteses, que faça correlações, e faça do ponto de vista de projeções financeiras quadros que os orientem para que a discussão não seja pobrezinha. Também consideram que é preciso, para os trabalhos das comissões, um técnico permanente para a recolha de tratamento de dados, como já aludiu na comissão de economia, tendo o município adquirido uma base que lhes permitiu fazer muitas análises e decisão política. -----

----- Ainda nesta área deu nota que também precisam de técnicos para as áreas fundamentais da autarquia pois é preciso alguém que os ajude analisar os assuntos. -----

----- Aproveitou também para agradecer à Marília e à Vânia porque acompanharam muito bem todas estas dinâmicas. -----

----- A nível dos documentos de gestão que só a Assembleia Municipal pode aprovar, os mesmos deviam ser previamente trabalhados e estudados nas diferentes comissões, que seria deveras importante para a dignificação dos diferentes órgãos municipais. -----

----- Referenciou ainda a relevância dos deputados das comissões puderem acompanhar Executivo, Presidente e Vereadores, nas suas participações em representação do município, em reuniões de redes, visitas trabalho, congressos, etc., de âmbitos dos trabalhos das respetivas comissões, para a sua própria formação e para a sua própria formação política assim como para trazer informação para uma melhor decisão política dentro da assembleia. É para isso que isso existe, é essa valorização e é essa melhoria da qualidade da intervenção política que deve ser promovida. -----

----- Concluiu dizendo que é uma recomendação, mas também um desafio que a CPL aprovou para futuro, e que esperam ver desenvolvida. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das análises avaliativas apresentadas. -----

## **9 - PROPOSTA N.º 16/AM/2025 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**

----- Presente informação em título datada de 20 de junho de 2025, reportada ao período entre 1 de abril e 31 de maio de 2025 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 10.106.392,27 e € 1.700.518,38 de dívidas a fornecedores. -----

-----Apresentando o assunto em análise o **presidente da Mesa** lembrou que poderão ser levantadas questões que serão respondidas por escrito.-----

-----O **presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes** como nota prévia relacionada com o ponto anterior, deu nota que foi eleito pelo plenário, para o Conselho Municipal de Saúde, mas não tem nada para reportar porque só tomaram posse e aprovaram o regulamento em final de 2023, e entende, tal como disse o deputado Rui Prudêncio, que este conselho devia de ser mais ativo.-----

-----Relativamente ao ponto em análise, fez notar que no ponto 1, alínea d) que se refere à fiscalização e acompanhamento técnico de empreitadas de obras por administração e obras por administração direta, elenca a requalificação de arruamentos na freguesia que preside, já tiveram três datas previstas, mas a obra não está iniciada e dá ideia que está. Não está a dizer que a culpa seja só da Câmara, provavelmente é também do empreiteiro, mas aquelas ruas estão em péssimo estado e as pessoas desesperam com os atrasos e nunca mais se concretize, pelo que espera que a nova data dada pelo vereador Francisco Martins seja uma realidade.-----

-----No tocante ao acompanhamento do centro de recolha de verdes da Boavista de Silveira, que consta na alínea b) do ponto 1.2.3, que dá nota de 20,82 Toneladas de resíduos de construção e demolição, deu nota que também gostaria de poder receber na sua freguesia esse tipo de resíduos, assim como existir essa possibilidade noutros lados, porque é um problema que as pessoas têm para resolver.-----

-----Por último, a informação, refere que o saneamento no Casal das Giestas está concluído, mas existe de facto uma parte concluída, mas falta a ligação em alta do Casalinhos das Oliveiras.-----

-----A **presidente da Câmara** disse que iria confirmar a informação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **9.1 - PROPOSTA N.º 17/AM/2025 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):**

-----Ofício número 1727 de 28/04/2025 deliberação de 22/04/2025; ofício número 1865 de 07/05/2025, deliberação de 06/05/2025; ofício número 2047 de 20/05/2025 deliberação de 20/05/2025 e ofício número 2532 de 08/06/2025, deliberação de 03/06/2025.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

#### **9.2 - Proposta n.º 18/AM/2025 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021):**

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir a freguesias:-----

-----Ofício número 1864 de 07/05/2025 – deliberação de 06/05/2025 - União das Freguesias de

Carvoeira e Carmões - € 94.000,00 para execução de um parque de estacionamento com aproximadamente 50 lugares, que servirá diretamente os espaços e equipamentos públicos próximos, nomeadamente: Sede delegação de Carmões da junta de freguesia; Igreja Paroquial de São Domingos; cemitério local e parque verde. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**10 - PROPOSTA N.º 19/AM/2025 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:** -----

----- O presidente da assembleia proferiu algumas palavras relativamente aos três cidadãos falecidos, enaltecendo a sua cidadania, qualidades humanas e profissionais. -----

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOAQUIM JOSÉ VIDAL SEVERINO:** -----

----- “Faleceu no dia 24 de maio, Joaquim José Vidal Severino, aos 88 anos.-----

----- Nasceu a 18 de setembro de 1936.-----

----- O Quim Zé, como era conhecido, foi empresário em Torres Vedras, na Casa Primavera e na Ourivesaria Severino. -----

----- Torres Vedras perde um dos seus Homens mais importantes, empenhados e dinâmicos da sua vida política, cultural, social e económica do pós 25 de abril de 1974. -----

----- Foi presidente da direção da ACCO, hoje ACIRO. -----

----- Fez parte dos órgãos da Confederação do Comércio Português.-----

----- Desempenhou cargos no Clube Artístico e Comercial, Sport Clube União Torreense, Sporting de Torres, Lar de S. José e Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras. -----

----- Foi delegado da Secção de Ciclismo do Sporting CP. -----

----- Foi Vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras, entre 1980 e 1982, e membro da Assembleia Municipal durante quatro mandatos: 1977-1979, 1983-1985, 1990-1993 e 1994-1997. -----

----- Foi também autarca na Freguesia de S. Pedro e Santiago. -----

----- Foi uma das pessoas que se empenharam na criação da Escola de Serviços e Comércio do Oeste. -----

----- Militante do PPD/PSD desde os primeiros anos deste Partido, membro de várias comissões políticas e presidente da Secção de Torres Vedras, entre maio de 1979 e maio de 1980. Fez parte dos órgãos distritais do PSD.-----

----- Também possuía a medalha de Prata do Município. -----

----- Com este voto a Assembleia Municipal de Torres Vedras presta homenagem à Sua memória e endereça à Família enlutada o seu mais profundo pesar, ao PSD pela perda de tão ilustre representante do Partido, enaltecendo as Suas qualidades humanas, recordando-o pelo Seu empenho e dedicação à vida associativa e pelo Seu percurso incontornável na sociedade torriense.”-----

----- A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, mandar lavra em ata um voto de pesar

pelo falecimento de Joaquim José Vidal Severino, enderecando a toda a família as mais sentidas condolências, e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO DA CRUZ BRANCO DA SILVA:** -----

----- “Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de Francisco Cruz Branco da Silva. -----

----- Francisco Branco, nasceu no dia 5 de maio de 1952, e distinguiu-se pelo seu trabalho na Assembleia Municipal de Torres Vedras, tendo sido membro durante 6 mandatos, entre os anos de 1998 e 2021, eleito segundo secretário da mesa no mandato de 2002/2005. -----

----- Foi Professor de várias gerações de Alunos do Externato de Penafirme, Escola que defendeu com firmeza, na salvaguarda das preocupações da sua comunidade educativa, sempre com firmeza e de modo esclarecido, mas com elevado respeito para com qualquer um, com uma postura de diálogo e de gentileza que tão bem o caracterizava. -----

----- Professor de profissão e socialista de coração. -----

----- A sua partida deixa uma lacuna na vida política e cívica de Torres Vedras. -----

----- O seu exemplo de dedicação e serviço público permanecerá como inspiração para todos os que acreditam numa sociedade mais justa e solidária. -----

----- A sua dedicação à causa pública e o seu compromisso com os valores socialistas marcaram de forma indelével a vida política local. -----

----- Com este voto a Assembleia Municipal de Torres Vedras presta homenagem à Sua memória e endereça à Família enlutada o seu mais profundo pesar, enaltecedo as Suas qualidades humanas, recordando-o pela Sua dedicação e pelo Seu percurso incontornável como autarca na sociedade torriense.” -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade mandar lavra em ata um voto de pesar pelo falecimento do Professor Francisco Branco, endereçando a toda a família as mais sentidas condolências, nesta ocasião de profundo pesar e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE EDUARDO GAGEIRO:** -----

----- “Eduardo Gageiro nasceu em Sacavém, 1935 e morreu em Lisboa, aos 90 anos. -----

----- Foi empregado de escritório na Fábrica de Loíça de Sacavém de 1947 a 1957, e conviveu diariamente com pintores, escultores e operários fabris, que o influenciam na sua decisão de fazer fotojornalismo. -----

----- A fotografia de Gageiro nasceu na rua, entre operários fabris e artistas plásticos, ambientes que marcaram o seu olhar profundamente humanista, como sempre foi reconhecido. -----

----- Com 12 anos publica no Diário de Notícias, com honras de primeira página, a sua primeira fotografia. -----

----- Em 1957 iniciou-se profissionalmente no Diário Ilustrado e, pouco depois, colaborava com títulos de referência como O Século Ilustrado, Eva, Almanaque e também a Match Magazine, revista Sábado, Associated Press (Portugal), Companhia Nacional de Bailado, da Assembleia da República e da Presidência da República. -----

----- Trabalhou, nomeadamente, para a Deustche Gramophone - Alemanha, Yamaha - Japão e para a Cartier. -----

----- A cidade, o trabalho, o quotidiano e os grandes momentos históricos cruzaram-se na sua lente de repórter de imagem com sensibilidade e rigor documental. -----

----- Em 1975, venceu a World Press Photo com uma fotografia do general António de Spínola, em cujo semblante emergia o sinal dos velhos tempos, num país recém-saído da ditadura. Para a história ficou também a imagem de um operário da Lisnave em greve, ferido pela Guarda Nacional Republicana, que se tornou símbolo da luta dos trabalhadores portugueses. -----

----- Era membro de honra do Fotokluba Riga (ex-URSS), Fotoclube Natron (ex-Jugoslávia), Österreichische Fur Photographie, O.G.Ph Viena (Áustria), Gold Year de Honra (Novi Sad, ex-Jugoslávia) e Excellence F.I.A.P. (Fédération Internationale de l'art Photographique - Berna, Suíça). -----

----- No II Congresso Internacional de Repórteres Fotográficos, realizado em S. Paulo, Brasil, em 1966, foi nomeado vice-presidente. -----

----- Era atualmente o único português com uma fotografia em exposição permanente na Casa da História Europeia, em Bruxelas, desde 2014. -----

----- Era Mestre Fotógrafo Honorário da Associação de Fotógrafos Profissionais – 2009, Cavaleiro da Ordem de Leopoldo II – Bélgica e Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. -----

----- O trabalho pelo qual Eduardo Gageiro ficou mais conhecido, surgiu, nos acontecimentos da Revolução do 25 de Abril, cujas imagens icónicas marcaram as memórias de portugueses de várias gerações e constituem um precioso documento histórico do país. -----

----- Eduardo Gageiro foi um dos primeiros fotojornalistas a chegar aos cenários de Abril, fixando as imagens do encontro dos militares no Terreiro do Paço, o assalto à sede da PIDE, a polícia política da ditadura, e o momento em que o capitão Salgueiro Maia percebeu que a revolução triunfara. -----

----- Autor de uma memória viva do Portugal contemporâneo, cada imagem deixada por Gageiro tornou-se uma narrativa silenciosa, mas forte da realidade, fosse em rostos anónimos, numa manifestação, de operários numa fábrica ou de uma criança a brincar. -----

----- Como cronista visual do século XX e início do XXI, soube captar o “instante decisivo” com precisão, mas também com emoção e respeito, marcas da sua assinatura visual, segundo os seus pares, e retratou figuras portuguesas e estrangeiras como o futebolista Eusébio, os presidentes

Cavaco Silva, Jorge Sampaio, Mário Soares e Ramalho Eanes, a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen, o historiador José Mattoso, o escritor Alves Redol, o bailarino Rudolf Nureyev, o realizador e ator Orson Welles, os papas Paulo VI e João Paulo II.-----

----- Deixou testemunhos da emigração, da guerra, da pobreza, do excesso, do absurdo dos conflitos, como aconteceu em Timor e no Iraque, nos anos de 1990. -----

----- Foi um dos poucos repórteres fotográficos, a nível mundial, a fixar os raptos da equipa israelita no Jogos Olímpicos de Munique, em 1972.-----

----- Eduardo Gageiro participou em mais de 300 exposições coletivas nos cinco continentes, e realizou exposições individuais em cidades como Buenos Aires, São Paulo, Viena, Moscovo, Nova Iorque, Pequim, Helsínquia, Paris, Budapeste e Liubliana.-----

----- Em Portugal, expôs na Sociedade Nacional de Belas-Artes, no Parlamento, no Panteão Nacional e em vários museus e centros culturais do país.-----

----- O fotojornalista representou Portugal em grandes eventos como os Jogos Olímpicos de Pequim (2008), exposições da UNESCO e do Camões Instituto, num olhar que conciliava arte e humanidade.-----

----- No início deste ano, a Câmara de Torres Vedras, adquiriu o acervo do fotógrafo Eduardo Gageiro e anunciou a intenção de dedicar-lhe uma casa-museu e desse acervo organizou a exposição "Pela Lente da Liberdade", inaugurada no passado dia 25 de Abril na Galeria Municipal de Torres Vedras.-----

----- Com este voto a Assembleia Municipal de Torres Vedras presta homenagem à Sua memória e endereça à Família enlutada o seu mais profundo pesar."-----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, mandar lavra em ata um voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro, endereçando a toda a família as mais sentidas condolências, e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

----- Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

#### **ENCERRAMENTO:**

----- Pelas 23h.55m o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---